

CARINE CAPPELLANES
LUCIANA CORREIA DE MELO

“PRIMEIROS PASSOS” – Uma Escola de Educação Infantil

São Paulo
Novembro 2008
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CARINE CAPPELLANES
LUCIANA CORREIA DE MELO

“PRIMEIROS PASSOS” – Uma Escola de Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
PUC/SP como exigência parcial para
concluir o curso de Pedagogia com
Habilitação em Administração Escolar, sob
a orientação da Prof.^a Dr.^a Helena
Machado de Paula Albuquerque.

São Paulo
Novembro 2008
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Comissão Julgadora

Dedicamos este trabalho especialmente aos nossos
pais que nunca se colocaram contrários ao
nosso louco sonho de nos tornarmos
pedagogas.

Agradecimentos

Agradecemos:

- Nossos pais; muito do que somos hoje é graças a eles.
- Nossa família; que forma uma base sólida da qual temos orgulho de fazer parte.
- Nossos queridos namorados, André e Bruno; por simplesmente estarem sempre presentes.
- Nossos amigos; pela amizade incondicional mesmo que à distância.
- Nossos professores de graduação; pelos ensinamentos adquiridos e pelas experiências trocadas.
- Nossas amigas de curso; pelas longas discussões, conversas jogadas fora, desentendimentos, enfim, por tudo.
- Nossa orientadora, Dra. Helena Albuquerque; por sempre levantar o nosso astral dizendo que somos capazes.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é elaborar uma proposta de Escola de Educação Infantil. Para isso, estudamos a história e a legislação específica para Educação Infantil, as propostas pedagógicas e alguns teóricos que desenvolveram seus estudos focados no desenvolvimento da criança. Além de enfatizarmos a importância do brincar e da dicotomia cuidar X educar. Foram apresentadas as idéias de Piaget, Vygotsky, Montessori, entre outros, além das Leis de Diretrizes e Bases e os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Deste modo, a investigação teve uma pesquisa documental, que envolveu toda a legislação e as teorias, e uma pesquisa de campo, que foi realizada mediante a visita às escolas, incluindo entrevistas com coordenadores e diretores, visita a órgãos encarregados do processo de instalação de escolas, estudo da legislação específica de escolas de Educação Infantil e mapeamento do bairro escolhido para instalação da escola. A partir da análise dos dados levantados e das pesquisas feitas foram elaborados o Contrato Social, a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar da Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*”.

Palavras-chave: Educação Infantil, criança, cuidar, educar, brincar.

ABSTRACT

The objective of this work is to elaborate a proposal of School of Infantile Education. For this, we study history and the specific legislation for Infantile Education, the pedagogical proposals and some theoreticians who had developed their studies about the development of the child. Beyond emphasizing the importance of playing and the dichotomy to take care of X to educate. The ideas of Piaget, Vygotsky Montessori, among others had been presented, beyond the Laws of Lines of direction and National Curricular Bases and the References of Infantile Education. In this way, the inquiry had a documentary research, that it involved all the legislation and the theories, and a research, that were carried through by means of the visit to the schools, having included interviews with coordinators and directors, visits the agencies in charge it process of installation of schools, study of the legislation it specifies of schools of Infantile Education and mapping of the block chosen for installation of the school. From the analysis of the raised data and the done research they had been elaborated the Social Contract, the Proposal Pedagogical and the Pertaining to school Regiment of the School of Infantile Education "*Primeiros Passos*".

Word-key: **Infantile education, child, to take care, to educate, to play.**

Sumário

1. Introdução e Justificativa	8
2. Problema	10
3. Hipótese	10
4. Objetivo Geral.....	11
4.1. Objetivos Específicos.....	11
5. Marco teórico.....	12
5.1. Visão de Homem, Sociedade, Educação e Gestão	12
5.2. História	14
5.3. Desenvolvimento da criança – Wallon, Vygotsky e Piaget	17
5.4. Educar X Cuidar	23
5.5. O brincar	26
5.6. O espaço físico	28
5.7. Propostas	31
5.8. Projetos	33
6. Procedimentos Metodológicos	35
7. Conhecimento da realidade.....	37
a) Caracterização do bairro.....	37
b) Local onde será a Escola.....	38
c) Relatório das escolas visitadas	39
d) Análise das observações e entrevistas.....	44
8. Aspectos burocráticos	46
8.1. Contrato Social	48
8.2. Recursos Físicos	51
8.3. Planta Baixa	52
8.4. Recursos Humanos	53
8.5. Despesas Iniciais	54
8.6. Despesas Mensais	55
8.7. Arrecadação Mensal	56
8.8. Regimento Escolar	57
8.9. Proposta Pedagógica	72
9. Conclusão	95
10. Referências Bibliográficas	96
11. Apêndice	98
A. Roteiro para Entrevista.....	98
B. Cronograma.....	99
C. PERT.....	100

1. Introdução e Justificativa

Desde que iniciamos nossos estudos na área de educação, conhecemos diversos autores e teorias, propostas e leis, porém, sentimos a necessidade de nos aprofundar nos assuntos relacionados especificamente a Educação Infantil, que não foram muito explorados nos nossos três primeiros anos de curso. Decidimos isso porque consideramos o primeiro contato com a escola de extrema importância para as demais etapas da vida escolar, assim como também para o futuro cidadão que será formado. A socialização das crianças é um dos principais objetivos da Educação Infantil; é na escola que a criança aprende a conviver, interagir e dividir com outras crianças.

A princípio, a Educação Infantil era vista como uma medida assistencialista, que auxiliava os pais que trabalhavam fora e precisavam deixar os filhos em um local em que fossem cuidados. Com o passar do tempo, as escolas de educação infantil, principalmente as particulares, foram se tornando preparatórias para o Ensino Fundamental, depositando uma série de conteúdos, responsabilidades e exigindo posturas que os alunos não estavam prontos para lidar.

Nossa intenção é unir a preocupação que temos em atingir o objetivo principal da Educação Infantil com uma proposta que priorize as vontades, interesses e limites do aluno, criando uma Escola pautada em princípios que objetivem desenvolver, harmoniosamente, as potencialidades cognitivas, perceptomotoras e sócio-afetivas dos alunos.

O caráter puramente assistencialista das instituições de Educação Infantil já não é mais possível, visto que as mesmas já estão devidamente regulamentadas por leis que lhe definem parte do sistema educacional, como primeira etapa da educação básica. E também, os pais que tem que deixar seus filhos pequenos na escola estão preocupados tanto com os cuidados que eles receberão quanto com as atividades que lhes serão propostas.

A administração desta escola deverá ocorrer de forma democrática, integrando funcionários, alunos e pais, para que participem ativamente dos acontecimentos da escola. Com isso, a formação do aluno acontecerá de forma integrada e completa. Pretendemos contribuir para a formação de um homem

capaz de melhorar sua qualidade de vida e de tomar decisões como cidadão consciente.

A sociedade em que vivemos está cheia de transformações promovidas pela evolução científica, tecnológica e cultural, exigindo necessidades educacionais diferentes a cada tempo e as crianças desde cedo são pressionadas e cobradas cada vez mais.

A escola precisa desenvolver competências como: respeito ao outro, trabalho em equipe, conviver com as diferenças e flexibilidades para formar um homem com valores conscientes que o levem a atuar no mundo, sabendo como preservá-lo e respeitá-lo, além de contribuir para o seu desenvolvimento. Precisa também, valorizar seus interesses, gostos, atitudes e valores.

Os homens que se diferenciarão dos demais serão aqueles indivíduos autônomos que souberem localizar e priorizar os aspectos importantes do conhecimento para tomar decisões, que cooperem com seus semelhantes e acreditem em si próprios. Apesar de críticos apontem soluções e tenham uma visão positiva e esperançosa do mundo.

Para isso, o educador deve criar condições que propiciem a aprendizagem intelectual e emocional, promovendo situações desequilibradoras de acordo com o nível de desenvolvimento de cada aluno, tendo como objetivo que este se torne uma pessoa de iniciativa, determinação, autônoma e principalmente crítica.

2. Problema

Como deve ser uma escola de Educação Infantil de qualidade e como deve ser a atuação do gestor nessa escola para que ela consiga alcançar o status de escola de excelência?

3. Hipótese

Acreditamos que uma escola de Educação Infantil de qualidade deverá apresentar uma proposta pedagógica voltada tanto para o cuidar quanto para o educar, não se esquecendo a importância do brincar.

A atuação do gestor e a escolha de uma gestão democrática influenciará nas relações dentro da escola, entre funcionários, alunos e pais, e, conseqüentemente, no status que esta escola alcançará.

4. Objetivo Geral

Elaborar um projeto para criação de uma escola de Educação Infantil de qualidade, que esteja comprometida com os valores educativos que proporcionem o desenvolvimento integral das crianças, para que no futuro elas possam ser críticas e engajadas com a melhoria da sociedade.

4.1. Objetivos Específicos

- Entender as fases de desenvolvimento da criança a partir da teoria de diferentes autores.
- Conhecer diferentes propostas direcionadas a Educação Infantil.
- Analisar diferentes propostas de escolas de Educação Infantil e, a partir delas, com o apoio da teoria, refletir e construir uma proposta aproveitando princípios mais adequados à Educação Infantil.

5. Marco teórico

5.1. Visão de Homem, Sociedade, Educação e Gestão

O homem é o único ser capaz de pensar sua ação, estabelecendo objetivos a alcançar, pesando os recursos necessários para viabilizá-los e avaliando os resultados de suas escolhas. É o único ser capaz de planejar sua ação antes de executá-la. É, por essência, um ser inacabado, pois se constitui a si mesmo ao longo de sua existência social; é livre e criador de cultura. Para Durkheim (1955),

O homem não é humano senão porque vive em sociedade (...). É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses que não os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-os o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados. Todo o sistema de representação que mantém em nós a idéia e o sentimento da lei, da disciplina interna ou externa, é instituído pela sociedade.

A sociedade configura todas as experiências do homem, transmite-lhe todos os conhecimentos adquiridos no passado e recolhe as contribuições que o poder criador de cada indivíduo produz e que oferece à sua comunidade. A sociedade cria o homem para si. Porém, o homem, educado pela sociedade, modifica esta mesma sociedade como resultado da própria educação que tem recebido dela.

A Educação não é um simples amontoado de informações, mas sim, sua compreensão e o desenvolvimento da capacidade de utilizá-las. É o elemento mediador entre as necessidades do indivíduo e a prática social global. É um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem. Vê o educando como sabedor e desconhecedor, pois acredita que ele já possui conhecimentos e destes conhecimentos deve-se partir para adquirir novos; o vê também como “sujeito” que dialoga com seu educador. É, portanto, uma nova proporção entre conhecimento e desenvolvimento. Segundo Durkheim (1955),

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontraram preparadas ainda para a vida social; tem objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (...) A educação consiste numa socialização metódica das novas gerações. (...) Constituir um ser social em cada um de nós – tal é o fim da educação.

A educação não é uma conquista do indivíduo (o que seria dar-lhe um fundamento ou princípio subjetivo), mas uma função da sociedade e como tal

sempre depende de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade, há educação: logo, esta é permanente (Pinto, 2007).

A sociedade desempenha um papel de mediação entre os homens no processo de criação e transmissão de cultura, na qual consiste a educação. Essa transmissão de cultura não é mecânica, e por isso, o saber não se comunica inalterado de um indivíduo ao outro. Na passagem de um ao outro, torna-se maior pela contribuição da criação do educador, recebida pela sociedade e considerada por ela como um acréscimo indispensável para ser comunicado ao educando. E, um dos objetivos da atividade de gestão das escolas é criar as condições para que os professores promovam a aprendizagem dos alunos.

A gestão escolar é parte integrante do processo educativo e as mensagens que os alunos recebem da direção da escola devem ser congruentes com as atitudes pedagógicas nas salas de aula: no mínimo, os valores e objetivos subjacentes aos dois tipos de atividade devem ser compatíveis. A boa gestão é uma característica significativa das melhores escolas.

A gestão educacional é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e manejo de seu trabalho. A gestão está associada ao fortalecimento da idéia de democratização do processo pedagógico, entendida como participação de todos nas decisões e na sua efetivação. É um processo que mostra que todos na escola são capazes de uma ação administrativa e devem exercê-la para organizar seu tempo e seu espaço, visando à execução gradativamente aprimorada das respectivas atribuições.

A escolha de uma gestão participativa pode trazer impactos positivos para a qualidade do trabalho nas escolas, pautando-se, sobretudo, no reconhecimento de que é impossível a direção da instituição solucionar sozinha os problemas e as questões inerentes a vida escolar. A gestão participativa resultante do compromisso de todos, pressupõe uma prática de discussão coletiva que envolve desde a divisão de responsabilidades e a definição de funções de cada um até as decisões sobre encaminhamentos e ações concretas.

5.2. História

Até os meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. Essa situação se modifica um pouco a partir da segunda metade do século XIX, quando se acentua a migração para a zona urbana das grandes cidades e surgem condições para certo desenvolvimento cultural e tecnológico.

Em 1875 no Rio de Janeiro e 1877 em São Paulo, foram criados os primeiros jardins-de-infância privados e alguns anos depois, os primeiros públicos que dirigiam seu atendimento para as crianças mais afortunadas. Nesse período, o jardim-de-infância era considerado a primeira etapa do ensino primário.

Na Exposição Pedagógica, realizada em 1885 no Rio de Janeiro, os jardins-de-infância foram entendidos como início de escolaridade precoce. Eram considerados prejudiciais à família por tirarem muito cedo as crianças de seu ambiente familiar, sendo admitidos apenas no caso de proteção aos filhos de mães trabalhadoras.

A urbanização e a industrialização levaram as mulheres para as fábricas, enquanto os homens estavam na lavoura. E o problema do cuidado de seus filhos foi resolvido deixando-os com mulheres que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro, as “cuidadoras”.

Ocorreu em 1922, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no qual foram discutidos temas como a educação moral e higiênica com ênfase no papel da mulher como cuidadora. Nesse contexto surgiram as primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em escolas maternais e jardins-de-infância.

Entendidas como “mal necessário”, as creches eram planejadas somente como instituições de saúde. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Embora os textos oficiais do período recomendassem que também as creches contassem com o material apropriado para a educação das crianças, o atendimento em creches e parques infantis continuou a ser realizado de forma assistencialista.

Durante a segunda metade do século XX, as características do sistema econômico adotado no Brasil, o capitalismo, continuaram impedindo que a maioria

da população tivesse melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, ocorreu um novo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Com isso, as creches e parques infantis que atendiam crianças em período integral passaram a ser cada vez mais procuradas.

Uma mudança importante ocorreu no início desse período: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins-de-infância e a incluiu no sistema de ensino.

Assim dispunha a lei:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”.

Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação pré-primária”.

Todo esse quadro social refletia o dinamismo do contexto sóciopolítico e econômico do início da década de 60, que seria alterado pelos governos militares instaurados no país a partir de 1964, com marcantes reflexos sobre a educação em geral e a educação das crianças pequenas em particular.

A nova legislação sobre o ensino formulada em 1971 (Lei 5692/71) trouxe novidades à área, ao dispor que:

“Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas maternas, jardins-de-infância ou instituições equivalentes”.

Nesse período, ocorreu à incorporação crescente também de mulheres da classe média no mercado de trabalho, o que contribuiu para que a creche e a pré-escola fossem novamente defendidas por diversos segmentos sociais.

Já na década de 80 ocorreram lutas pela democratização da escola pública, somadas a movimentos feministas e movimentos sociais de lutas por creches, que possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (Constituição brasileira, artigo 208, 1988.)

A década de 90 assistiu a alguns novos marcos. Um deles foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgadas pela Constituição. Na área de Educação Infantil, a tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) de 1996, passou a reconhecer que as creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos eram parte do sistema educacional, sendo a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade.

Essa lei propõe a reorganização da educação brasileira em alguns pontos; atribui flexibilidade ao funcionamento da creche e pré-escola, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e práticas pedagógicas.

Além disso, novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificaram a maneira como as propostas pedagógicas para a área eram pensadas. Um Referencial Curricular Nacional foi formulado pelo MEC que apresenta, entre outros aspectos, os princípios que devem embasar as propostas voltadas para crianças de 0 a 6 anos:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética, à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

5.3. Desenvolvimento da criança – Wallon, Vygotsky e Piaget

Nossa sociedade tem imposto a necessidade das crianças serem colocadas cada vez mais cedo em instituições de Educação Infantil. Ao ingressar na escola, a criança se depara com um espaço que possui uma composição própria, com objetos específicos e uma estrutura social diferente da familiar. O que faz com que ela experimente situações de interação distintas das que vive em casa. Ela vai ter que aprender a lidar com esse conjunto de novos elementos, assumindo novas condutas de acordo com as exigências desse novo contexto.

Crianças de 0 a 6 anos tem características e necessidades diferenciadas das outras faixas etárias e quando negligenciadas comprometem o seu desenvolvimento posterior.

Para o aprimoramento da escola como lugar do ensino e da aprendizagem de questões complexas, que envolvam conteúdos cognitivos, afetivos e motores, Wallon, Vygotsky e Piaget oferecem contribuições indispensáveis para professores e gestores de educação. Suas idéias são enquadradas no chamado Interacionismo, que vê a interação da criança com o meio ambiente como o fator central do desenvolvimento mental. As idéias de Wallon e Vygotsky serão expostas em nosso trabalho por meio de Oliveira (1996 e 1995) e as de Piaget (1990) por ele mesmo.

A teoria de desenvolvimento de Wallon assume que o desenvolvimento da pessoa se faz a partir da interação do potencial genético, típico da espécie, e uma grande variedade de fatores ambientais. O foco da teoria é essa interação da criança com o meio, uma relação complementar e recíproca entre os fatores orgânicos e sócio-culturais. O processo de desenvolvimento tem como características a contradição e o conflito. Seus estágios não possuem limites nítidos; misturam-se, confundem-se.

Cada estágio é caracterizado pelo predomínio de um tipo de relação com o meio. Possuindo uma característica que lhe é específica, cada estágio está relacionado com o anterior e com o posterior. De um estágio para o outro ocorre uma subordinação das condutas anteriores; podendo estas reaparecer em situações de crise. A integração funcional que ocorre de um estágio para o outro lhes imprime uma certa progressividade e lhes dá o caráter de conjunto no processo de desenvolvimento.

O processo de construção do eu é demorado e configura-se em três etapas: a primeira é a marcada pela conquista do eu corporal, abrange os estágios impulsivo-emocional, sensório-motor e projetivo; a segunda corresponde a tomada de consciência de si, apropriação do eu psíquico, neste momento processa-se a diferenciação dos indivíduos daqueles que o cercam; e a última etapa chega com a puberdade e adolescência, resultante das conquistas cognitivas alcançadas.

Aos três anos ocorre uma revolução nas relações da criança com o ambiente. Desaparecem os diálogos consigo mesma. A criança consegue perceber-se não como um entre seus semelhantes, mas enquadrada no conjunto que tem para ela grande importância, porque esse conjunto delimita a sua personalidade, o centro de interesses, de sentimentos, de exigências, de decepções que são resultado do lugar ocupado por ela na família. Ela só é capaz de tomar consciência da estrutura familiar porque toma consciência da sua autonomia.

A afirmação do eu se dá por uma oposição sistemática e inteiramente negativa, o confronto com o outro tendo por fim experimentar a sua autonomia. A criança preza a vitória pela vitória. A comparação de si com as outras pessoas a faz exigente para com as mesmas. Tal comparação faz com que ela só se aproxime daqueles sobre os quais pode exercer domínio. Para experimentar o poder de sua personalidade, tenta dominar as pessoas que a cercam, exigindo que lhe dispensem exclusividade.

Aos quatros anos, a criança entra na chamada “idade da graça”. Neste período há uma transformação nos movimentos da criança, que parece querer executá-los com a máxima perfeição. A criança está ciente de que a uma ação sua pode corresponder uma ação do outro e que a opinião deste outro pode ser diferente da sua. Isto ocorre porque a criança ainda é suscetível de se contagiar pela presença do outro.

O próximo período, que aparece por volta dos cinco anos, tem como característica a imitação, que é tanto desejo de substituir como admiração amorosa. O imitar torna-se possível graças à evolução mental da criança. Ela está em plena etapa simbólica e a aquisição dessa função auxilia seu processo de construção do eu, permitindo a representação de si. Isto pode ser percebido pelo uso que passa a fazer dos pronomes; o EU e o MEU ganham relevância, antes a criança fazia referência a si mesma pelo próprio nome e falava em terceira pessoa.

Já no período que vai dos seis aos onze anos, a contribuição para o desenvolvimento do eu é menor, pois a criança está mais voltada para exploração e conhecimento do mundo exterior.

A forma como a criança e o conhecimento se interagem e transformam-se, também estão localizados na perspectiva interacionista, que pretende justificar as necessidades de propiciar às crianças interações das mais diferentes naturezas.

A perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento humano e o método dialético rompem com as formas tradicionais de análise de fenômenos, que estudam aspectos isolados da vida psíquica que não fazem sentido, assim como as teorias que descrevem a criança como um adulto em miniatura ou como um ser que evolui acumulando e reproduzindo conhecimentos.

Vygotsky parte de uma concepção de indivíduo social. O crescimento e o desenvolvimento da criança estão, nesta perspectiva, articulados aos processos de apropriação do conhecimento disponível em sua cultura, ou seja, aos processos de aprendizagem e ensino. Aprendizagem, nesse sentido, encontra-se relacionada às formas de participação e apropriação das práticas sociais: os costumes, as formas de participação na família e na comunidade, as instituições educativas, o trabalho e as diversas formas de organização social confirmam essas práticas.

Vygotsky assume a posição de que o ser humano, quando nasce, vê-se envolvido em um mundo social. Assim, todo o trabalho do desenvolvimento consiste em converter o plano biológico, próprio da espécie, no plano social, mediante a ação da cultura que se processa. Essa cultura é internalizada por meio de mecanismos de mediação simbólica, de maneira que, o sujeito biológico converte-se em sujeito humano que, por sua vez, re-estrutura também o plano do social.

Essa internalização ocorre por meio de transformações de um processo interpessoal (externo) que se converte em um processo intrapessoal (interno).

Para Vygotsky, o desenvolvimento é entendido como produzido no embate entre o interno e o externo. Cada um deles se manifesta como negação do outro.

A criança é vista como sujeito ativo e essencialmente interativo. Diferentemente de outras teorias psicológicas, a sociohistórica vê o psiquismo humano como uma construção social, que resulta da apropriação, por parte do sujeito, dos conhecimentos e das produções culturais da sociedade em que vive, por intermédio da mediação da própria sociedade. A interação da criança com outros indivíduos permitirá o desenvolvimento de um novo e complexo sistema psicológico.

Estas formações complexas se agrupam em dois níveis, com funções distintas, em interação permanente, denominadas como Processos Elementares (sensações, percepções imediatas, emoções primitivas, memória direta) e Processos Complexos ou Superiores (percepção categorial, memória lógica, atenção focalizada, emoção e imaginação criadora, auto-regulação de conduta).

Por meio da mediação simbólica, o sujeito para sobreviver e ser, constrói uma realidade humana e constrói também a si mesmo. É, portanto, na e pela interação com outros sujeitos humanos, na atividade humana, que formas de pensar são construídas e/ou transformadas, por sua vez transformando também o entorno.

Segundo Vygotsky para ensinar uma criança, existem dois níveis de desenvolvimento: o real e o proximal. O real faz parte do sujeito na forma de conhecimentos apropriados e faz parte do social enquanto conhecimentos acumulados. E o proximal só é ativado e se transforma em possibilidade de vir a tornar-se desenvolvimento real em uma situação de interação, ou seja, em uma interação onde a criança esteja “sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”, ele chamou de Índice de Desenvolvimento Proximal.

Esse conceito ilustra bem a visão vygotskyana de desenvolvimento: apropriação e internalização de instrumentos proporcionados por agentes culturais de interação, que propiciam novas aprendizagens.

Para Piaget, o desenvolvimento psíquico que começa quando nascemos e termina na idade adulta é comparável ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente para o equilíbrio. O desenvolvimento é uma equilibração progressiva, uma passagem continua de um estado de menos equilíbrio para um estado de equilíbrio superior.

A atividade intelectual não pode ser separada do funcionamento do organismo, os atos biológicos são atos de adaptação ao meio físico e a atividade mental está submetida às mesmas leis que governam a atividade biológica. Por isso, os atos intelectuais são entendidos como atos de organização das experiências e adaptação ao meio.

Do ponto de vista funcional, considerando as motivações gerais da conduta e do pensamento, existem funções constantes e comuns a todas as idades. A ação supõe sempre um interesse que a desencadeia; só que os interesses variam consideravelmente, de um nível mental a outro, e as explicações particulares

assumem formas muito diferentes de acordo com o grau de desenvolvimento intelectual. Portanto, ao lado das funções constantes, existem as estruturas variáveis, que marcam as diferenças ou oposições de um nível de conduta para outro, desde o bebê até o adolescente.

As estruturas variáveis são as formas de organização da atividade mental, sob um duplo aspecto: motor ou intelectual e afetivo (com dimensões individual e social). Piaget definiu seis estágios de desenvolvimento que marcam o aparecimento dessas estruturas sucessivas construídas. Os três primeiros são anteriores ao desenvolvimento da linguagem e do pensamento, e vão até por volta de 1 ano e meio, 2 anos. O quarto vai dos 2 aos 7 anos, aproximadamente. O quinto vai dos 7 aos 12 anos. E o último, é a fase da adolescência.

Primeiro, o estágio dos reflexos, ou mecanismos hereditários, das primeiras tendências instintivas e das primeiras emoções.

Segundo, o estágio dos primeiros hábitos motores e das primeiras percepções organizadas, dos primeiros sentimentos diferenciados.

Terceiro, o estágio da inteligência senso-motora ou prática, das regulações afetivas elementares e das primeiras fixações exteriores da afetividade.

Quarto, o estágio da inteligência intuitiva, dos sentimentos interindividuais espontâneos e das relações sociais de submissão aos adultos.

Quinto, o estágio das operações intelectuais concretas e dos sentimentos morais e sociais de cooperação.

Sexto, o estágio das operações intelectuais abstratas, da formação da personalidade e da inserção afetiva e intelectual na sociedade dos adultos.

Cada estágio é caracterizado pela aparição de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estágios anteriores. E também uma forma particular de equilíbrio, efetuando-se a evolução mental no sentido de uma equilibração sempre mais completa.

Agora vamos compreender os mecanismos funcionais que são comuns a todos os estágios. Toda ação – movimento, pensamento ou sentimento – corresponde a uma necessidade. A criança, como o adulto, só executa alguma ação exterior ou mesmo interior quando impulsionada por um motivo e este se traduz sempre sob a forma de uma necessidade. Uma necessidade é sempre a manifestação de um desequilíbrio. Ela existe quando qualquer coisa, fora de nós ou

em nós, se modificou, tratando-se de um reajustamento da conduta em função desta mudança. A ação se finda desde que haja satisfação das necessidades.

A cada instante, a ação é desequilibrada pelas transformações que aparecem no mundo e cada nova conduta vai funcionar não só para restabelecer o equilíbrio mais estável que do estágio anterior a esta perturbação.

A ação humana consiste neste movimento contínuo e perpétuo de reajustamento ou equilibração. É por isto que, nas fases de construção inicial, se pode considerar as estruturas mentais sucessivas que produzem o desenvolvimento como forma de equilíbrio, onde cada uma constitui um progresso sobre as precedentes. Mas é preciso compreender que este mecanismo funcional não explica o conteúdo ou a estrutura das diferentes necessidades, pois cada uma dentre elas é relativa à organização do nível considerado. Os interesses de uma criança dependem a cada momento do conjunto de suas noções adquiridas e de suas disposições afetivas.

Toda necessidade tende a incorporar as coisas e pessoas a atividade própria do sujeito, assinalar o mundo exterior às estruturas já construídas e reajustar estas últimas em função das transformações ocorridas, acomodá-las aos objetos externos. Toda vida mental e orgânica tende a assimilar progressivamente o meio ambiente, realizando esta organização graças às estruturas ou órgãos psíquicos, cujo raio de ação se torna cada vez mais amplo. Esta evolução culmina com a inteligência lógica, sob a forma de operações concretas e finalmente de dedução abstrata. Em cada um dos níveis, o espírito desempenha a função de incorporar o universo a si próprio.

Assimilando os objetos, a ação e o pensamento são compelidos a se acomodarem a eles, a se reajustarem por ocasião de cada variação exterior. Pode-se chamar “adaptação” ao equilíbrio destas assimilações e acomodações. O desenvolvimento mental aparecerá como uma adaptação sempre mais precisa à realidade.

5.4. Educar X Cuidar

A interação é o terreno em que a criança se desenvolve. As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural e histórico. As crianças buscam essa participação, apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento.

Se a criança vem ao mundo e desenvolve-se em interação com a realidade social, cultural e natural, é possível pensar uma proposta educacional que lhe permita conhecer esse mundo, a partir do profundo respeito por ela. Ainda não é o momento de sistematizar o mundo para apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas.

A caracterização da instituição de Educação Infantil como lugar de cuidado-e-educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação das propostas pedagógicas. Educá-la é algo integrado ao cuidá-la.

No campo da Educação Infantil, o cuidar está, historicamente, vinculado à assistência e ao corpo. Com a consolidação de leis que passaram a considerar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, foi preciso integrar as atividades de cuidado com as atividades de cunho mais pedagógico. A solução conceitual encontrada foi o binômio educar e cuidar.

A polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção à função educativa, como se ambas fossem incompatíveis, uma excluindo a outra. Entretanto, as instituições escolares, principalmente a de crianças pequenas, têm como elemento intrínseco ao seu funcionamento o desempenho da função de guardar as crianças que as freqüentam.

O binômio cuidar e educar é, geralmente, compreendido como um processo único em que as duas ações estão profundamente conectadas. Mas, muitas vezes, a conjunção sugere a idéia de duas dimensões independentes: uma que se refere ao corpo e outra aos processos cognitivos.

Preocupar-se em assistir, preocupar-se com o cuidado, com a guarda da criança não seria desviar-se da oportunidade de proporcionar uma educação de qualidade. As instituições educacionais apresentam-se à sociedade e às famílias de qualquer classe social, como responsáveis pelas crianças no período em que as

atendem. Qualquer mãe que procure uma instituição de Educação Infantil para educar o seu filho, também irá buscar se assegurar de que lá ele estará guardado e protegido.

A instituição pode ser educacional e adotar práticas e cuidados que ocorrem no interior da família, sem precisar escoar-se em uma divisão disciplinar que compartimenta a criança. A instituição pode ser escolar e compreender que para uma criança pequena, a vida é algo que se experimenta por inteiro, sem divisões em âmbitos hierarquizados. Que para ela, a ampliação do seu universo cultural, o conhecimento do mundo, ocorre na constituição de sua identidade e autonomia, no interior do seu desenvolvimento pessoal e social.

Quando se indica a necessidade de tomar a criança como ponto de partida, quer-se enfatizar a importância da formação profissional de quem irá educar essa criança nas instituições de Educação Infantil. Não é a criança que precisaria dominar conteúdos disciplinares, mas as pessoas que a educam.

A profissionalidade dos educadores infantis deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar que promova a educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade.

Para grande parte dos profissionais da Educação Infantil, o cuidado ainda revela-se como simples atividades que devem ser realizadas junto as crianças, geralmente visando atender demandas de ordem orgânica: vestir, trocar, higienizar, alimentar, entre outras. Na maioria das vezes, os profissionais da área não têm subsídios teóricos para fundamentarem sua atuação e relutam em aceitar a idéia de que cuidar também é uma vertente importante da profissionalidade do educador infantil.

Do ponto de vista conceitual, o cuidar:

“...refere-se genericamente aos atos de assistir, apoiar, facilitar, melhorar uma condição humana; refere-se aos atributos, ações e qualidades de assistir os outros em suas necessidades” (Veríssimo, 2001 apud Angotti, 2006).

Cuidar de uma pessoa também significa:

“...no sentido mais significativo é ajudá-la a crescer e realizar-se... é um processo, uma forma de relação com o outro que envolve desenvolvimento...”

mediante o cuidado do outro, servido pelo cuidado, o homem vive o significado da própria vida” (ibidem).

Estes conceitos apontam para atitudes de atenção, interesse, desvelo, preocupação, acolhimento. O cuidado exige um ambiente adequado que considere as necessidades integrais da criança, respeitando suas peculiaridades. Os cuidados não podem ser negligenciados, desvalorizados e reduzidos à satisfação de condições exclusivamente orgânicas na criança. Deve-se inseri-lo numa rede mais ampla de significações que deve ser estudada, analisada, construída em tempo anterior e presente e projetada para o futuro, tendo como objetivo final a melhora da qualidade do cuidado.

No Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil,

Educar significa propiciar situação de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos de realidade social e cultural. (...)

Cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.

Uma forma de superar a dicotomia entre cuidar e educar é a mudança do entendimento sobre o que seja educar; uma prática educativa a partir da brincadeira talvez seja o caminho. Na brincadeira a professora pode intervir pedagogicamente nas ações de cuidado e educação, a fim de promover o desenvolvimento das crianças nas instituições de Educação Infantil.

5.5. O brincar

Por meio das brincadeiras, as crianças se constituem como indivíduos, com um tipo de organização e funcionamento psicológico próprios, utilizando certos meios comportamentais extraídos de seu registro de competências, em cada período de vida, e das aquisições e modificações que sua microcultura impõe.

A criança, no início de sua vida, não tem habilidade para agir sobre as coisas que a cercam. Essa particularidade biológica da espécie humana a conduz a se voltar para as relações interindividuais, pois é por meio do outro que ela garante sua adaptação vital. A relação indivíduo/meio é mediada pelo grupo. O meio social tem duplo valor para criança: é seu “meio ambiente” e é o “meio de ação” sobre os outros ambientes.

O tipo de intercâmbio que a criança estabelece com o meio social implica a consideração de processos históricos da humanidade e é constituído no espaço psíquico que inclui necessidades e desejos e direciona a construção de uma vida de representação. É um meio real e eficaz para espécie humana que implica no manejo de situações simbólicas conceituais.

A brincadeira de faz-de-conta se constitui em um exemplo de uma atividade na qual a criança poderia ser vista como se estivesse num mundo só seu, num mundo de fantasia. Mas ela revela como as crianças estão engajadas umas com as outras, construindo e compartilhando significados.

Ao brincar de faz-de-conta, a criança: transforma objetos em outra coisa que não corresponde ao que aquilo é na realidade; transforma recantos do ambiente físico de acordo com a atividade que está desenvolvendo; representa personagens e animais; trata objetos inanimados como animados. Por meio desses recursos, as crianças tanto retomam, no espaço da brincadeira, significados já experimentados no seu dia-a-dia, quanto constroem significados que fazem sentido naquele momento de seu processo interacional.

Ao brincar, a criança subordina os objetos e sua própria ação ao campo do significado. Essa possibilidade caracteriza um avanço no desenvolvimento infantil. Para uma criança pequena, essa maneira de se comportar exige uma transformação radical de sua organização psicológica. Uma criança pequena age de acordo com seu campo perceptivo imediato e seu comportamento é restringido pelas situações ambientais. Na brincadeira, a criança substitui um objeto real por outro objeto, uma

ação real por outra ação. Os objetos e ações reais são subordinados ao campo do significado.

As crianças usam os recursos do próprio corpo associados aos recursos do ambiente e trazem para o contexto da brincadeira: personagens e animais não presentes no ambiente; situações/atividades já experienciadas por elas e por outras pessoas do seu meio. Elas criam elos entre objetos e situações, entre expressões do próprio corpo e personagens.

Esses elos se apóiam, algumas vezes, em objetos similares àquilo que elas pretendem representar; mas, muitas vezes, esses elos podem ser subjetivos e arbitrários. Daí as crianças necessitam compartilhar entre si os significados que são tecidos por elas, para que possam brincar juntas.

Compartilhar algo é tê-lo em comum com o outro. O compartilhamento é criado, construído na interação social, portanto não se refere ao comportamento de um indivíduo, mas se refere a uma relação entre indivíduos, a qual, por sua vez, possibilita que eles possuam em comum algo que foi construído socialmente.

Para brincar junto com outras, as crianças necessitam compartilhar conjuntamente os significados que são construídos, os elos que são tecidos na interação. Esse compartilhamento se dá a partir de uma compreensão mútua de papéis, de ações e de turnos de seqüência interacional, dentro de um contexto.

5.6. O espaço físico

Os espaços que se constituem dentro do contexto da Educação Infantil devem ser preparados para criança respeitando o direito que ela tem de buscar construir a sua autonomia, sua identidade e o seu próprio conhecimento. A organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um local acolhedor e prazeroso para a criança, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se estimuladas e independentes.

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções. Os ambientes se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado.

O espaço criado para a criança deverá estar organizado de acordo com a sua faixa etária, propondo desafios cognitivos e motores que a farão avançar no desenvolvimento de suas potencialidades. O espaço deve estar cheio de objetos que retratem a cultura e o meio social em que a criança está inserida.

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil “as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação”. As interações que ocorrem dentro dos espaços são de grande influência no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O educador não deve ser visto como figura central do processo de ensino aprendizagem, mas sim como alguém mais experiente que aprende e permite ao educando aprender de forma mais lúdica possível. Devemos destruir a crença de que a criança só aprende se um professor ensinar, e de que só o professor é responsável pelo desenvolvimento de todas as potencialidades da criança. De acordo com Oliveira (2000):

O ambiente, com ou sem o conhecimento do educador, envia mensagens e, os que aprendem, respondem a elas. As crianças e ou os usuários dos espaços são os verdadeiros protagonistas da sua aprendizagem, na vivência ativa com outras pessoas e objetos, que possibilita descobertas pessoais num espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em pequenos grupos.

Um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sente o prazer de pertencer aquele ambiente e se identifique com o mesmo e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares. Um ambiente que permite que o educador perceba a maneira como a criança transpõe a sua realidade, seus anseios, suas fantasias.

Os ambientes devem ser planejados de forma a satisfazer as necessidades da criança, isto é, tudo deverá estar acessível à criança, desde objetos pessoais como também brinquedos, pois só assim o desenvolvimento ocorrerá de forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades.

David & Weinstein citados por Oliveira (1996) afirmam que:

Todos os ambientes construídos para crianças deveriam atender cinco funções relativas ao desenvolvimento infantil, no sentido de promover: identidade pessoal, desenvolvimento de competências, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança, bem como oportunidades para contato social e privacidade.

O brincar é sempre estruturado pelo ambiente, pelos materiais ou contexto em que ocorre. Ao educador cabe então participar como uma pessoa mais experiente, que deverá intervir quando necessário e também ter uma participação quando perceber o interesse da criança em tê-lo como parceiro nas brincadeiras, possibilitando assim, o desenvolvimento da criança, proporcionando momentos de interação, acesso à cultura, permitindo a criança principalmente viver a sua própria infância.

Um ambiente carente de recursos, onde tanto a criança quanto o adulto vêem somente paredes e espaços vagos é um ambiente sem vida, que não propõe desafios cognitivos à criança e não amplia o conhecimento.

A criança desde o nascimento necessita da mediação do outro para se desenvolver, portanto o meio sozinho não dá conta de desenvolvê-lo e é aí que entra o papel do educador e dos colegas por meio das relações. Segundo Oliveira (1996): “ao estruturar e organizar continuamente sua sala, o educador favorece o envolvimento das crianças em brincadeiras entre elas, sem necessidade de interferência direta; dessa forma ele fica mais disponível para aquelas crianças que procuram interagir com ele”.

Podemos dizer então que o educador torna-se o mediador entre crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios. O educador constitui-se um parceiro mais experiente, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável de experiências educativa e social variadas. Cabe ao educador confiar nas crianças e valorizar o seu agir contribuindo para ampliação das descobertas e não apenas estar ao seu lado permitindo toda e qualquer ação.

A organização dos espaços na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvendo suas potencialidades e propondo novas habilidades sejam elas: motoras, cognitivas ou afetivas. A criança que vive em um ambiente construído para ela e por ela vivencia emoções que a farão expressar sua maneira de pensar, bem como a maneira como vivem e sua relação com o mundo.

As aprendizagens que ocorrem dentro dos espaços disponíveis e ou acessíveis à criança são fundamentais na construção da autonomia, tendo a mesma como própria construtora de seu conhecimento. O conhecimento se constrói a cada momento em que a criança tem a possibilidade de poder explorar os espaços disponíveis a ela.

5.7. Propostas

A sistematização de atividades para crianças pequenas com o uso de materiais especialmente confeccionados foi realizada por dois médicos: Ovídio Decroly e Maria Montessori.

Decroly elaborou uma metodologia de ensino que propunha atividades didáticas baseadas na idéia de totalidade do funcionamento psicológico e no interesse da criança. Propunha que a criança fosse posta diante de um objeto concreto em toda a sua complexidade e a partir daí o analisasse e fizesse uma síntese, que deveria expressar por meio de uma obra pessoal. Preocupava-se com o domínio de conteúdos pela criança, organizados ao redor de centros de interesse em vez de serem voltados para as disciplinas tradicionais. Nos centros de interesses, o trabalho se estruturaria segundo três eixos: observação, associação e expressão.

A observação parte do princípio que cada um constrói o próprio conhecimento na interação com o ambiente, observando, compreendendo e interpretando seu contexto. Os exercícios de observação dão a criança a oportunidade de trabalhar sobre fatos concretos, adquirir experiência de vida, contribuindo para que venha a construir seus próprios conceitos.

Os exercícios de associação ajudam a criança a buscar, com o auxílio de recordações de experiências passadas, as noções transmitidas por via oral, os motivos para reorganizar seus conhecimentos.

A expressão compreende todo ato que visa exprimir por meio de formas variadas, as idéias sobre o que foi observado.

Para Decroly, o trabalho do professor deve ser conhecer em que tipo de atividade seu aluno é mais lento para ajudá-lo a avançar, e para isso, ele precisa de um ambiente apropriado aos interesses da criança, propício à experimentação, onde a criança se sinta desafiada a reagir ativamente no processo de aprendizagem. Afinal, a criança é centro do processo e sujeito da própria aprendizagem; o conhecimento não é construído com base nos elementos trazidos pelo adulto, mas de elementos que precisam ser elaborados pela própria criança.

Montessori propunha uma pedagogia científica da criança, ao mesmo tempo em que, opondo-se a concepções que considerava materialistas, via com interesse uma educação que se ocupasse com o desenvolvimento da espiritualidade.

Ressaltando o aspecto biológico do crescimento e desenvolvimento infantil, Montessori teve como marca distintiva a elaboração de materiais adequados à exploração sensorial pelas crianças e específicos ao alcance de cada objetivo educacional. Sua proposta desviava a atenção do comportamento de brincar para o material estruturador da atividade própria da criança: o brinquedo. Montessori criou materiais elaborados para a educação motora e para a educação dos sentidos e da inteligência.

Para Montessori, o papel do professor é de explicar o uso dos materiais e colocar a criança em contato com eles. Evitando qualquer forma de imposição, apenas propondo que a criança se utilize daquele material. Depois que a criança aceitar a proposta do professor, ele não deve ajudar, pois uma ajuda desnecessária pode destruir uma atividade.

Já para Freinet, a escola deveria favorecer ao máximo a auto-expressão e sua participação em atividades cooperativas, a qual lhes proporcionaria a oportunidade de envolver-se no trabalho partilhado e em atividades de decisão coletiva. A seu ver, as atividades manuais e intelectuais permitem à formação de uma disciplina pessoal a criação do trabalho-jogo, que associa atividade e prazer.

Emilia Ferreiro deixa de fundamentar-se em concepções mecanicistas sobre o processo de alfabetização, para seguir os pressupostos construtivistas /interacionistas de Vygotsky e Piaget.

Na perspectiva dos trabalhos desenvolvidos por Ferreiro, os conceitos de prontidão, imaturidade, habilidades motoras e perceptuais, deixam de ter sentido isoladamente como costumam ser trabalhados pelos professores. Estimular aspectos motores, cognitivos e afetivos é importante, mas vinculados ao contexto da realidade sócio-cultural dos alunos. Para ela, a perspectiva construtivista considera a interação de todos eles, numa visão política, integral, para explicar a aprendizagem.

Para Ferreiro, o desenvolvimento da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização. Desde que nascemos somos construtores de conhecimento, no esforço de compreendermos o mundo que nos rodeia. Levantamos problemas muito difíceis e abstratos e procuramos descobrir respostas para eles. Construimos objetos complexos de conhecimento, e o sistema de escrita é um desses objetos complexos que construímos.

5.8. Projetos

Reorganizar o currículo por projetos, em vez das tradicionais disciplinas é a principal proposta do educador espanhol Fernando Hernández. Ele se baseia nas idéias de John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo norte-americano que defendia a relação da vida com a sociedade, dos meios com os fins e da teoria com a prática.

Hernández põe em xeque a forma atual de ensinar e propõe que o docente abandone o papel de "transmissor de conteúdos" para se transformar num pesquisador. O aluno, por sua vez, passa de receptor passivo a sujeito do processo.

Para Hernandez a organização do currículo deve ser feita por projetos de trabalho, com atuação conjunta de alunos e professores. As diferentes fases e atividades que compõem um projeto ajudam os estudantes a desenvolver a consciência sobre o próprio processo de aprendizagem, porém todo projeto precisa estar relacionado aos conteúdos para não perder o significado. Além disso, é fundamental estabelecer limites e metas para a conclusão dos trabalhos.

É importante entender que não há um método a seguir, mas uma série de condições a respeitar. O primeiro passo é determinar um assunto — a escolha pode ser feita partindo de uma sugestão do professor ou dos alunos. O tema pode ser levado pelo professor, mas os alunos têm de estar interessados em desenvolvê-lo. Além disso, o planejamento para a execução deve ser discutido e negociado. O professor precisa ter clareza das competências que deseja que os alunos desenvolvam e dos conhecimentos necessários para isso. Ou seja, cabe a ele criar as condições para que o projeto caminhe: garantir o acesso às informações, a participação de todos e um clima de colaboração e respeito mútuos.

Para Hernández (1998), "todas as coisas podem ser ensinadas por meio de projetos, basta que se tenha uma dúvida inicial e que se comece a pesquisar e buscar evidências sobre o assunto".

Cabe ao educador saber aonde quer chegar, para isso tem que estabelecer um objetivo e exigir que as metas sejam cumpridas. Por isso, Hernández alerta que não basta o tema ser "do gosto" dos alunos. Se não despertar a curiosidade por novos conhecimentos, nada feito. Por isso, uma etapa importante é a de levantamento de dúvidas e definição de objetivos de aprendizagem. O projeto avança à medida que as perguntas são respondidas e o ideal é fazer anotações

para comparar erros e acertos — isso vale para alunos e professores porque facilita a tomada de decisões. Todo o trabalho deve estar alicerçado nos conteúdos pré-definidos pela escola e pode (ou não) ser interdisciplinar.

A avaliação deve ser feita no início do trabalho, durante o processo e no final. Uma boa situação de aprendizagem é aquela na qual o aluno tem um problema a resolver. Por isso, o professor precisa verificar como esse aluno resolve o problema no início do ano e ao longo do desenvolvimento do projeto. Não é preciso criar situações artificiais de avaliação. O ideal é aproveitar a própria situação de aprendizagem. A avaliação não deve servir para categorizar o estudante, mas oferecer indícios de como anda a evolução da classe.

6. Procedimentos Metodológicos

A investigação será desenvolvida em duas etapas:

*Pesquisa Documental: inclui o estudo da legislação e da literatura pertinente ao tema.

*Pesquisa de Campo:

- Mapeamento do bairro específico onde será localizada a escola.
- Visita a escolas para coleta de dados; com observações e entrevistas com diretores.
- Visita ao órgão e ao setor da Prefeitura Municipal encarregado do processo de autorização de instalação e funcionamento das escolas (DAP).
- Estudo da legislação normativa específica para escolas de Educação Infantil.
- Organização dos dados coletados e análise.
- Elaboração do Projeto Pedagógico da Escola (pedagógico, burocrático e físico).

2ª PARTE

7. Conhecimento da realidade

a) Caracterização do bairro

Foram observados os bairros da Pompéia e Vila Romana, para escolha do local onde será instalada a Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*”.

Os dois bairros são residenciais, com muitos prédios, casas e imóveis em construção. Além de pequenos comércios como drogarias, padarias, mercadinhos, papelarias, buffets, pet shops, locadoras e restaurantes.

O bairro da Pompéia apresenta uma grande concentração de escolas, um total de oito, sendo seis delas de Educação Infantil e próximas uma da outra. O que fez com que se optasse por instalar a escola na Vila Romana.

O bairro da Vila Romana tem apenas duas escolas de Educação Infantil, que também são próximas. A escolha do bairro foi feita porque percebeu-se que o número de escolas não é suficiente para demanda de alunos da região, o bairro está crescendo a cada dia, o que se vê perfeitamente pelo grande número de prédios em construção.

Decidiu-se que a Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*” se localizará na rua Cláudio, nº 415, ficando assim próximo a rua Clélia, local onde circula grande número de linhas de ônibus para diferentes pontos da cidade, o que facilitará o acesso de funcionários e pais que eventualmente precisem de transporte público.

O gigantesco crescimento pelo qual passaram os bairros da região da Lapa nos últimos 50 anos proporcionou-lhes muitas melhorias, visto serem hoje os bairros mais bem servidos de infra-estrutura urbana. A implantação do Terminal Intermodal da Barra Funda deu a Lapa um novo impulso, trazendo junto consigo a implantação de equipamentos de abrangência metropolitana como, por exemplo, o Memorial da América Latina e a instalação de grandes shoppings centers e universidades.

c) Relatório das escolas visitadas

Foram visitadas **quatro** escolas de Educação Infantil para que pudessem ser feitas observações e entrevistas com coordenadores e/ou diretores. Escolhemos duas escolas nas proximidades da Vila Romana e outras duas escolas consideradas de excelência.

A Escola **A** abrange os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, estando dividida em duas unidades. A primeira exclusiva para Educação Infantil e a segunda para o Ensino Fundamental e Médio. A escola se define como humanista.

A unidade de Educação Infantil funciona em período integral e em meios períodos (manhã/tarde), de acordo com a necessidade de cada criança e atende alunos desde os 4 meses de vida até completar 5 anos, dividindo-os em 5 grupos por idade. O berçário atende os bebês até que eles comecem a andar; o G 1 atende as crianças de 1 ano; o G 2 atende as de 2 anos; o G 3 atende as de 3 anos; o G 4 atende as de 4 anos. A partir dos 5 anos, as crianças vão para outra unidade.

Cada sala de aula tem aproximadamente 18 alunos e conta com uma professora formada em Pedagogia, uma estagiária estudante de Pedagogia e uma pessoa que auxilia na higiene das crianças com o Ensino Médio completo.

Além das aulas previstas no currículo, os alunos contam com aulas extras de artes, futebol, ballet e inglês a partir dos dois anos, ministradas por especialistas das áreas. Contam também com uma biblioteca com grande acervo de livros infantis.

As salas de aula são grandes e bastante arejadas, com móveis apropriados para o tamanho dos alunos e com materiais e brinquedos em locais de fácil acesso às crianças. Porém, não existe um local externo, um pátio de comum convívio para todos os alunos. A maioria das salas possui ao seu redor um pequeno pátio que serve para as crianças brincarem e lancharem, que além de ser um espaço muito pequeno é abafado.

A escola foi instalada em uma casa adaptada, por isso existem inúmeras escadas espalhadas por ela, o que transmite a idéia de local inseguro para se deixar uma criança sem um adulto por perto.

A mensalidade da Educação Infantil varia entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 de acordo com o número de horas que a criança permanece na escola e as refeições que os pais optam por a criança consumir.

A Escola **B** é apenas de Educação Infantil. Funciona em período integral, em meios períodos (manhã/tarde) ou em um período intermediário (de até 8 horas) de acordo com a necessidade dos pais. Recebe crianças a partir dos 4 meses até os 6 anos de idade.

O berçário atende as crianças até os dois anos de idade e a partir dos três anos, os alunos passam a freqüentar grupos por idade, sendo que o último desses grupos reúne as crianças de 6 anos. Esse último grupo é classificado como o antigo pré ou então o atual 1º ano do Ensino Fundamental I.

A sala reservada para o berçário é pequena e mantém colchonetes espalhados pelo chão além de materiais para estimular os bebês. Há um quarto com berços reservado para a hora do sono.

As salas de aula, a partir do grupo dos dois anos, têm um número pequeno de alunos, no máximo doze, e mantém uma professora formada em Pedagogia especializada em Psicopedagogia e uma auxiliar estudante de Pedagogia. Essas salas são pequenas e com poucos atrativos para as crianças, sem decoração, apenas com mesas, cadeiras e lousa. Na sala do grupo de 6 anos há algumas atividades feitas pelos alunos coladas nas paredes. Tanto os materiais quanto o almoço e jantar das crianças que ficam em período integral são fornecidos pela escola, mediante pagamento de uma taxa extra.

Os alunos contam com aulas extras de musicalização, yoga, artes, capoeira e informática ministradas por especialistas das áreas, sendo que as aulas de informática são realizadas em outro local. A escola também mantém convênio com uma academia que oferece aulas de natação e com uma escola de inglês. Se os alunos optam por fazer essas atividades extras, a escola se responsabiliza pelo transporte e pelo aluno no período em que ele está fora da escola.

A escola fica em uma casa adaptada, não possui biblioteca, não possui sala de informática e de vídeo; possui uma pequena e abafada brinquedoteca e uma sala de artes.

O pátio da escola é pequeno e descoberto, não há playground. Quando chove as crianças têm que permanecer o tempo todo dentro das salas de aula. O espaço

de refeitório também é pequeno e as crianças tomam lanche em sistema de “rodízio”.

A escola possui mobiliário, banheiros e pintura antigos; transmite a sensação de abandono.

A mensalidade da Educação Infantil varia entre R\$ 600,00 e R\$ 900,00, de acordo com o tempo que o aluno permanece na escola.

A Escola **C** oferece os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, estando dividida em três unidades. A primeira de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, a segunda de Ensino Fundamental II e a terceira de Ensino Médio. Sua ação educativa baseia-se na interatividade e na construção do conhecimento para o crescimento e desenvolvimento dos educandos por meio da conexão entre a teoria e a prática, tornando coerente o agir pedagógico. Utiliza-se de práticas sugeridas pelo sistema montessoriano.

A unidade de Educação Infantil funciona em dois meios períodos (manhã/tarde) e atende alunos desde 1 ano e meio até 6 anos, dividindo-os em 2 grupos por idade. O maternal atende as crianças desde 1 ano e meio até 3 anos; a Multissérie atende as crianças de 4 até 6 anos.

As salas de aula do Maternal são divididas de acordo com a idade das crianças, até os dois anos e meio, aproximadamente, ficam em uma sala. Com 2 anos e meio vão para outra sala de Maternal. As salas têm um número pequeno de alunos, no máximo dez, e mantém duas professoras formadas em Pedagogia e uma servente que ajuda na hora da higiene e alimentação das crianças. Essas salas não são muito grandes, mas comportam bem o número de alunos, os materiais (brinquedos, livros) estão ao alcance de todos e as mesas e cadeiras são compatíveis ao tamanho dos alunos. As salas ainda possuem alguns “cantinhos” que simulam partes da casa (como cozinha, por exemplo).

A sala da Multissérie é ampla, espaçosa e bem arejada. Tem aproximadamente 20 alunos que são acompanhados por três professoras formadas em Pedagogia. A sala possui três ambientes, sendo 1 deles de comum convívio e 2 com atividades (jogos, brincadeiras) diversas para aqueles que terminam as atividades antes dos outros. Os materiais também ficam ao alcance dos alunos.

Todos os materiais, desde lápis de escrever até mochilas são fornecidos pela escola, assim como o lanche dos alunos.

Além das aulas curriculares, os alunos contam com aulas extras de informática e inglês ministradas por especialistas das áreas e a escola mantém convênio com academias que oferecem atividades culturais e esportivas diversas em períodos extra-escolares.

A escola possui biblioteca, sala de informática e sala de vídeo, além de ter uma sala de vivências pedagógicas: um espaço multifuncional que possibilita a livre expressão de habilidades pessoais; a vivência de diferentes papéis; o brincar espontâneo, entre outros. Nesse espaço ficam à disposição dos alunos os mais variados tipos de materiais e brinquedos para que eles se sintam à vontade e se expressem da maneira que melhor desejarem.

O pátio da escola não é grande, mas é do tamanho ideal para o número de alunos; a escola conta também com uma área externa com playground e tanque de areia.

A mensalidade da Educação Infantil é R\$ 900,00.

A Escola **D** oferece os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, estando dividida em duas unidades. A primeira de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e a segunda de Ensino Fundamental II. Sua ação educativa baseia-se nas idéias do sócio-construtivismo, onde o aluno participa do processo de aprendizagem por meio de atividades interativas, principalmente brincadeiras, que lhes permite construir o conhecimento.

A unidade de Educação Infantil funciona em dois meios períodos (manhã/tarde) e atende alunos desde 1 ano até 5 anos, dividindo-os em grupos por idade. O G 1 atende as crianças de 1 ano; o G 2 atende as de 2 anos; o G 3 atende as de 3 anos; o G 4 atende as de 4 anos; e o G 5 atende as de 5 anos.

As salas de aula são amplas, espaçosas e arejadas, sendo que nas salas dos Grupos 1 e 2 há um banheiro exclusivo para uso dos alunos. Essas salas têm um número máximo de 14 alunos, e mantém uma professora formada em Pedagogia e uma auxiliar que ajuda na hora da higiene e alimentação das crianças. As salas dos Grupos 3, 4 e 5 têm até 24 alunos e também mantém uma professora formada em Pedagogia e uma auxiliar. As salas são grandes, comportam bem o número de alunos, os materiais (brinquedos, livros) estão ao alcance de todos e as mesas e

cadeiras são compatíveis ao tamanho dos alunos. As salas ainda possuem pequenos colchonetes para os alunos que ainda têm o hábito de tirar uma soneca.

Além das aulas curriculares, os alunos contam, semanalmente, com aulas de artes, educação física e culinária; e aulas de informática e inglês que ocorrem ocasionalmente e que são dadas pela própria professora de sala.

A escola possui biblioteca exclusiva para Educação Infantil, sala de informática e sala de vídeo, cozinha para as aulas de culinária, sala de artes, além de ter uma grande brinquedoteca com diversos tipos de materiais além de ambientes que simulam atividades cotidianas (como mercado, consultório médico, etc).

O pátio da escola é grande e possui inúmeros brinquedos adequados as faixas etárias das crianças, conta também com um tanque de areia.

A mensalidade da Educação Infantil é R\$ 1337,00, além de algumas taxas (como de materiais) que são pagas ao longo do ano.

d) Análise das observações e entrevistas (em anexo)

As duas primeiras escolas visitadas são pequenas, poderíamos classificá-las como “escolas de bairro”. Foram instaladas em casas adaptadas e, aparentemente, uma delas não sofreu modificação alguma; os cômodos são pequenos e pouco arejados com armários antigos em péssimo estado de conservação, além da pintura desbotada e sem vida. A cozinha também deixa muito a desejar no estado de conservação e limpeza.

Ambas as escolas têm escadas; a primeira tem grande número de escadas espalhadas pela escola, o que nos causou estranheza e preocupação, afinal, um pequeno descuido com alguma criança pode causar um grave acidente.

Essas duas escolas passaram também a impressão de escolas “quebragalhos” para os pais; os alunos permanecem na escola o tempo que os pais necessitarem, chegam e saem na hora que lhes for mais conveniente. Para nós isso demonstra, uma certa desorganização da escola; não se sabe em que horários os alunos estarão na escola, assim não há como organizar as atividades; o que pôde ser perfeitamente observado enquanto estávamos lá, não vimos nenhuma atividade direcionada para os grupos, as professoras e auxiliares pareciam babás cuidado de várias crianças que resolviam fazer o que lhes dava vontade. Não há uma rotina pré-estabelecida. Claro que sabemos que crianças, principalmente as menores, não se prendem muito tempo na realização de uma única atividade, mas na medida que a professora vai direcionando isso, fazendo com que o grupo trabalhe junto, essa individualidade exagerada, esse egocentrismo tende a diminuir; visto que promover a socialização das crianças é um dos objetivos da Educação Infantil.

Basicamente, essas escolas são centros recreativos, que mantêm as crianças presas a brinquedos e brincadeiras sem porquê. Pensamos que a brincadeira é a principal ferramenta do professor de Educação Infantil, mas ela tem que promover situações de lazer e aprendizado para os alunos; o brincar apenas por brincar pode ser em casa com os pais, irmãos ou coleguinhas.

As entrevistas foram realizadas com a coordenadora pedagógica na Escola A, e com a diretora na Escola B. Pudemos constatar que não há diálogo contínuo entre os membros da escola, principalmente no que diz respeito a parte pedagógica; as professoras não têm acompanhamento do seu trabalho e muitas vezes resolvem sozinhas como proceder em situações de conflito. A diretora só intervém quando o

assunto é financeiro. Essa falta de comunicação entre as partes da escola reflete no seu trabalho pedagógico mal executado.

A Escola C também é instalada em uma casa adaptada, porém houve uma reforma grande para sua adaptação e ampliação. Os espaços são compatíveis às idades das crianças e ao número de alunos.

A Escola D foi toda construída para atender as necessidades das crianças; nas salas de aula tudo está ao alcance delas, assim como nos pátios os brinquedos são específicos para cada faixa etária. A escola é bem espaçosa.

O trabalho pedagógico nas duas escolas é bem semelhante. Desde o primeiro grupo de crianças já é estabelecida uma rotina que vai se adaptando e acompanhando os alunos ao longo dos anos. A maioria dos conteúdos é trabalhada por meio de projetos que são desenvolvidos em parceria com professores, alunos e pais. Não esquecendo nunca a importância das brincadeiras.

Em entrevista, que foi concedida na Escola C pela diretora e na Escola D pela coordenadora pedagógica, ficou claro que as escolas assumem o papel de “escolas de verdade”; com atividades direcionadas que visam promover a aprendizagem das crianças de maneira prazerosa e lúdica.

Na escola C, a diretora está atenta a todos os fatos que ocorrem diariamente e ela quem toma a maioria das decisões; acompanha de perto o trabalho dos professores e está sempre aberta a receber dúvidas e anseios dos pais. Há sempre reuniões entre professores, coordenadores e diretores para aperfeiçoamento do trabalho de todos.

Na escola D, existe uma parceria bastante produtiva entre professores, coordenadores e diretores, que mantém um diálogo constante promovido por meio de reuniões e cursos que são feitos ao longo do ano letivo na própria escola ou em instituições externas. Assim, a formação de todos está sempre sendo aperfeiçoada.

8. Aspectos burocráticos

Para abertura de uma Escola de Educação Infantil é necessário cumprir algumas etapas que estão descritas a seguir, de acordo com o SEBRAE.

O mantenedor da Instituição deve solicitar autorização para o início de suas atividades à Delegacia Municipal de Ensino. O pedido de autorização de funcionamento de Instituição de Educação Infantil deve ser encaminhado com antecedência à Secretaria Municipal de Educação.

Para obtenção da licença de funcionamento de estabelecimentos de ensino básico no Estado de São Paulo, precisa-se de:

- a. Planta aprovada pela prefeitura: As edificações das escolas deverão atender as exigências mínimas de conforto, higiene, segurança, iluminação e ventilação dos ambientes, em conformidade com as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- b. Condições legais de ocupação do prédio;
- c. Demais exigências previstas na legislação municipal.

Após a escolha do imóvel mais adequado às necessidades de uma escola precisa-se constituir uma empresa. Geralmente, no caso de Instituições de Ensino, atua-se como “sociedade empresária” (com dois sócios).

Os procedimentos necessários são:

Constituição de Sociedade Empresária

1º Passo - A escolha do tipo societário - Sociedade Limitada (As sociedades Limitadas são as mais comuns no Brasil em virtude da responsabilidade dos sócios ser limitada em relação às obrigações assumidas pela empresa).

2º Passo - O Nome da Empresa - O nome da empresa pode ser em forma de denominação social ou firma. A inscrição do nome da empresa no respectivo órgão de registro (Junta Comercial), assegura o seu uso exclusivo, no mesmo ramo de atividade, nos limites do respectivo Estado em que a empresa for registrada. Escolhido o nome da empresa, é preciso fazer o pedido de busca na Junta Comercial para verificar se não há outra sociedade registrada com o mesmo nome.

3º Passo - Providenciar os seguintes documentos

- Fotocópia do IPTU do imóvel onde será a sede da empresa;
- Declaração do proprietário do imóvel;
- Fotocópia autenticada do RG e CPF/MF dos Sócios;

- Fotocópia autenticada do comprovante de endereço dos Sócios;
- Verificar as exigências do Conselho Regional quanto à elaboração do Contrato Social, especialmente sobre formação societária e responsabilidades técnicas.

4º Passo - Contrato Social - Para o registro da sociedade, é preciso elaborar e apresentar o contrato social da empresa na Junta Comercial.

5º Passo - Órgãos de Registro

5.1. Registro na Junta Comercial

O registro da Sociedade Empresária é feito na Junta Comercial, onde o contrato social deverá ser entregue juntamente com os demais documentos exigidos pelo órgão.

5.2. Receita Federal (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ)

Todas as pessoas jurídicas estão obrigadas a se inscrever na Receita Federal.

5.3. Inscrição na Prefeitura Municipal de São Paulo

Estão sujeitas à inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) do Município de São Paulo, as pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no Município que desenvolvam algum tipo de atividade.

8.1. Contrato Social

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de elaboração do contrato na melhor forma do direito, os abaixo assinados:

CARINE CAPPELLANES, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 43.707.945-4 e do CPF nº 327.844.958-41, residente e domiciliada nesta capital à Rua Piracuama, nº 316, apto 82, Perdizes, CEP: 05017-040; e **LUCIANA CORREIA DE MELO**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 33.348.002-8 e do CPF nº 342.424.268-36, residente e domiciliada nesta capital à Rua José de Souza Aguiar, nº 247, Jardim Marisa, CEP 05108-030, tem justo e combinado a constituição de uma sociedade civil, por quotas de responsabilidade limitada, que será regulada, pelas seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira

Na qualidade de únicos sócios componentes a sociedade civil por quotas de responsabilidade Ltda, denominada Escola de Educação Infantil *Primeiros Passos*, estabelecida no Município de São Paulo à Rua Cláudio, nº 415, Vila Romana, CEP: 05043-000 resolvem de comum acordo proceder à elaboração do seu contrato social.

Cláusula Segunda

A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de ensino regular de Educação Infantil.

Cláusula Terceira

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta

1. O capital social será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300 quotas de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma.
2. O capital social é subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país e dividido entre os sócios da seguinte forma:
 - a) A sócia Carine Cappellanes, subscreve 150 quotas, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais).
 - b) A sócia Luciana Correia de Melo, subscreve 150 quotas, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais).

Cláusula Quinta

A administração da sociedade, assim como o uso da denominação social, serão exercidos por ambos os sócios, tanto em conjunto, como individualmente, com poderes e atribuições de administradores, inclusive para representá-la ativa e passivamente, judicial ou extra-judicialmente, porém, e tão só em negócios de exclusivo interesse social, sendo-lhes proibido usá-la para fins estranhos aos sociais, tais como avais, cartas de fiança, endossos de favor e tudo mais que possa ou venha comprometer o patrimônio da sociedade.

Cláusula Sexta

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas a terceiros, sem antes oferecê-las, por escrito ao outro sócio, que em igualdade de condições, terá sempre o direito de preferência na sua aquisição.

Cláusula Sétima

Se um dos sócios desejar se retirar da sociedade, deverá comunicar essa intenção ao outro sócio, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e seus haveres, apurados em balanço levantado especialmente na ocasião, lhe serão pagos conforme acordo entre os sócios.

Cláusula Oitava

No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando seus negócios entre o sócio remanescente e os herdeiros legais do falecido. Não havendo acordo nesse sentido, os haveres do sócio falecido serão pagos, com base nos dados do último balanço, no prazo de seis meses do falecimento, acrescidos da correção monetária fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Cláusula Nona

No mês de dezembro de cada ano, será levantado um balanço geral após feitas as deduções da lei, os lucros líquidos apurados e prejuízos verificados, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção das quotas que disponibilizam.

E assim, justos e combinados assinam o presente instrumento particular de contrato social em 4 (quatro) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas para os devidos fins de direito.

São Paulo, 23 de setembro de 2008.

Carine Cappellanes
RG.: 43.707.945-4
CPF.: 327.844.958-41

Luciana Correia de Melo
RG.: 33.348.002-8
CPF.: 342.424.268-36

Testemunha 1

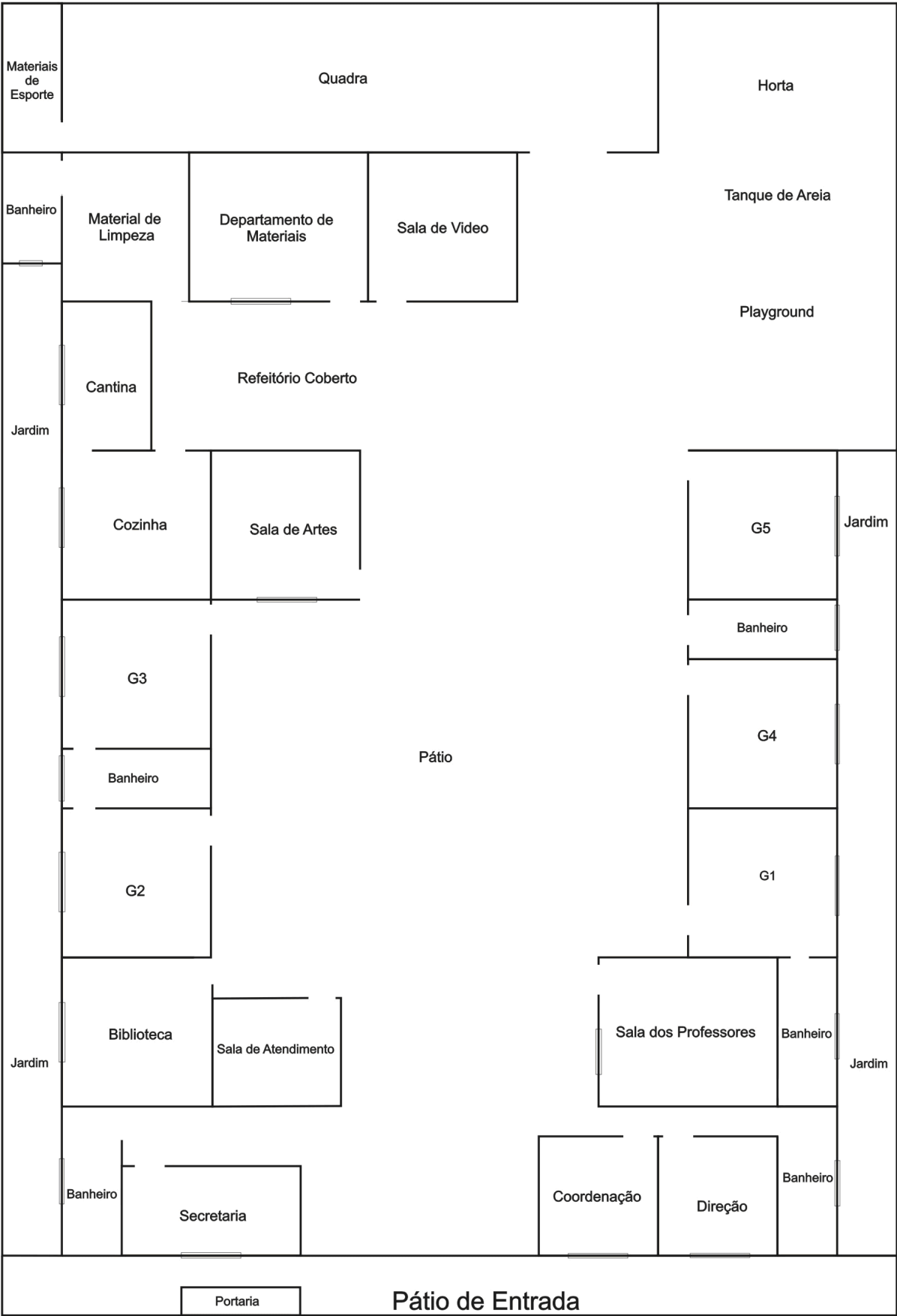
Testemunha 2

8.2. Recursos Físicos

A Escola de Educação Infantil “Primeiros Passos” possui os seguintes ambientes:

- 5 salas de aula com jardim
- 1 sala de artes
- 1 sala de audiovisual
- 1 sala da coordenação
- 1 sala da direção
- 1 sala de atendimento
- 1 biblioteca
- 1 secretaria
- 1 cozinha
- 1 cantina
- 1 refeitório
- 1 departamento de materiais de papelaria
- 1 departamento de materiais de esportes
- 1 departamento de materiais de limpeza
- 3 banheiros para alunos
- 3 banheiros para funcionários
- 1 pátio coberto e 1 pátio descoberto
- 1 playground
- 1 tanque de areia
- 1 horta
- 1 quadra poliesportiva
- 1 portaria

8.3. Planta Baixa



8.4. Recursos Humanos

A Escola de Educação Infantil “Primeiros Passos” mantém em sua equipe:

- 2 Diretores
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 1 Orientadora Educacional
- 10 Professoras Pedagogas
- 10 Auxiliares de Sala estudantes de Pedagogia
- 1 Professor de Educação Física
- 1 Professor de Artes
- 1 Professor de Música
- 1 Nutricionista
- 1 Bibliotecária
- 2 Secretárias
- 1 Auxiliar de departamento de materiais
- 2 Auxiliares de Cozinha
- 3 Auxiliares de Limpeza
- 2 Porteiros
- 1 segurança
- 1 Contador

8.5. Despesas Iniciais

Compra do terreno	R\$ 80.000,00
Construção do Prédio	R\$150.000,00
Compra de materiais	
Para escritório	R\$ 13.707,00
Para salas de aula	R\$ 16.950,00
Para sala de artes/música	R\$ 5.400,00
Para aulas de EF	R\$ 535,00
Para cozinha	R\$ 4.646,00
Para sala de TV	R\$ 3.479,00
Para biblioteca/brinquedoteca	R\$ 5.760,00
Para área externa	R\$ 10.490,00
Para sala dos professores	R\$ 1.790,00
Outros	R\$ 1.000,00
Total	R\$293.757,00
Reserva em caixa	R\$ 6.243,00
Capital social investido	R\$300.000,00

8.6. Despesas Mensais

Despesas estrutura física	
Despesa	Total
Conta de Luz	R\$ 1.500,00
Conta de Água	R\$ 500,00
Conta de Telefone	R\$ 800,00
Gás	R\$ 200,00
Materiais de escritório	R\$ 500,00
Materiais de papelaria	R\$ 1.000,00
Materiais de limpeza	R\$ 1.000,00
Alimentação	R\$ 3.000,00
Impostos	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 13.500,00

Despesas com funcionários			
Funcionário	Qtde	Salário	Total
Diretor	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
Coordenador Pedagógico	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Orientador Educacional	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Professor	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
Professor de EF	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Professor de Artes	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Professor de Música	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Nutricionista	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Auxiliar de sala	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
Secretária	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
Bibliotecário	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Auxiliar DM	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Copeira	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
Auxiliar de limpeza	3	R\$ 650,00	R\$ 1.950,00
Porteiro	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
Segurança	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Contabilidade	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Total	40		R\$ 61.150,00

Total de despesas mensais

$$\text{R\$ 61.150,00} + \text{R\$ 13.500,00} = \text{R\$ 74.650,00}$$

8.7. Arrecadação Mensal

O valor da mensalidade de todas as turmas de Educação Infantil da Escola “*Primeiros Passos*” será R\$ 700,00.

A escola tem capacidade para atender 70 alunos por período de aula, logo, quando a escola tiver alcançado seu limite máximo, terá 140 alunos.

Considerando o limite máximo de alunos pagando a mensalidade no total, a escola arrecadará R\$ 98.000,00, sem os descontos mensais.

Após realizar todos os pagamentos, a reserva de caixa da escola será de R\$ 23.350,00 mensais. Para recuperar o investimento inicial serão necessários, aproximadamente, 13 meses.

Retorno do Investimento Inicial	
Receita Mensal	R\$ 98.000,00
Despesas Mensais	R\$ 74.650,00
Reserva de Caixa	R\$ 23.350,00
Retorno aproximado	13 meses

8.8. Proposta Pedagógica

OBJETIVO GERAL

A Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*” tem por objetivo abordar a importância da Educação Infantil para crianças de 1 a 5 anos, desenvolvendo seu trabalho segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96:

Artigo 29: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Trabalhamos com a concepção metodológica de que o trabalho artístico e lúdico, aliados à comunicação e expressão e ao raciocínio lógico e matemático, oferecem um desenvolvimento interdisciplinar às crianças. Por isso, o trabalho desenvolvido caminha sobre os preceitos de uma proposta construtivista de ensino.

Na Escola “Primeiros Passos” o trabalho leva a criança a pensar suas relações por meio do jogo simbólico, do conto, da literatura, da matemática e das linguagens artísticas, para isso, torna-se acessível elementos da cultura que enriquecem o desenvolvimento da identidade, por meio de aprendizagem diversificada realizada em situações de interação.

Oferece-se aos alunos condições para que a aprendizagem ocorra nas brincadeiras e em situações pedagógicas intencionais, orientadas por educadoras que se apóiam em projetos educativos, mostrando como é possível unir atividades pedagógicas aos cuidados que a criança demanda. Tudo isso sem deixar de lado o prazer de brincar.

O compromisso da Escola “Primeiros Passos” é de propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relações interpessoais, de estar com o outro em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e principalmente proporcionar conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Os planos de curso e ensino desta Escola foram elaborados segundo os Referenciais Curriculares de Educação Infantil – RCNS.

CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL “*PRIMEIROS PASSOS*”

A Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*” atende crianças entre 1 e 5 anos de idade em dois turnos:

- Manhã: 08:00 às 12:30
- Tarde: 13:00 às 17:30

As crianças são divididas em turmas de acordo com sua faixa etária:

- Grupo 1: 1 ano
- Grupo 2: 2 anos
- Grupo 3: 3 anos
- Grupo 4: 4 anos
- Grupo 5: 5 anos

O máximo de alunos para o Grupo 1 será de 10 crianças, os demais grupos terão até 15 crianças.

PLANO DE CURSO

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Este plano tem como objetivo desenvolver um trabalho de forma interdisciplinar, contextualizado, de acordo com o ritmo de cada criança, utilizando-se de uma vivência já adquirida pela mesma, estimulando-a para o seu desenvolvimento integral.

As crianças de 1 a 5 anos devem ser capazes de:

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua auto-confiança e agindo de acordo com sua capacidade e limitação;
- Identificar situações de conflito, utilizando recursos como a fala ou o desenho para reagir;
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade.

O que deve ser estimulado:

- Movimento: andar, correr, pular, desenvolver capacidades motoras e explorar dinâmicas, como a força, resistência e flexibilidade.
- Música: ouvir, perceber sons, brincar com a música. Inventar e criar sons.
- Artes Visuais: manipular objetos e materiais, usar materiais gráficos. Produzir desenhos, modelagem ou colagem.
- Linguagem Oral e Escrita: participar de situações usando a linguagem oral, ouvir e ler histórias e familiarizar-se com a escrita.
- Natureza e Sociedade: explorar o ambiente, estabelecer relações entre o modo de vida dos vários grupos sociais e a relação entre o meio ambiente e fenômenos naturais com as formas de vida.
- Matemática: ter noções, relacionando o ensino dos fatos cotidianos, valorizar os números e levantar hipóteses sobre situações - problema.

GRUPO 1, GRUPO 2 E GRUPO 3

Nestas fases, visamos explorar atividades que desenvolvam a criança fisicamente, socialmente e psicologicamente, estimulando a linguagem oral por meio de histórias, dramatizações e brincadeiras, respeitando sempre as diferenças individuais de cada um.

GRUPO 4

Nesta fase, visamos o desenvolvimento da criança nos principais conceitos básicos do esquema corporal, da orientação espacial, da organização temporal, do ritmo, da coordenação viso-motora, além de buscar o desenvolvimento da linguagem como forma de comunicação.

GRUPO 5

Nesta fase, visa-se o desenvolvimento integral da criança por meio de uma evolução harmoniosa nos aspectos biológicos, físicos, motores, cognitivos e afetivo-emocionais, dando destaque à coordenação motora e ao preparo para desenvolvimento da escrita.

Busca-se o desenvolvimento da linguagem como forma de comunicação e ampliação do pensamento. Tem-se a preocupação com a pronúncia correta dos fonemas.

Procura-se desenvolver conceitos básicos de cidadania, respeito mútuo, cooperação e colaboração com os colegas e todos os funcionários da escola, bem como a importância e o cuidado com a natureza. Por meio de conceitos básicos e material concreto buscamos o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático.

PLANO DE ENSINO
GRUPO 1, GRUPO 2 E GRUPO 3

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Objetivos:

- I. Participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando suas vivências;
- II. Interessar-se pela leitura de histórias;
- III. Familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais ela se faz necessária e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc.

Conteúdos:

- I- Uso da linguagem oral para conversar, comunicar-se, relatar suas vivências e expressar desejos, vontades, necessidades e sentimentos, nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;
- II- Participação em situações de leitura de diferentes gêneros feita pelos adultos, como contos, poemas, parlendas, trava-línguas etc;
- III- Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da leitura e da escrita;
- IV- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos etc.

MATEMÁTICA

Objetivo:

- I- Estabelecer aproximações a algumas noções matemáticas presentes no seu cotidiano, como contagem, relações espaciais etc.

Conteúdos:

- I- Utilização da contagem oral, de noções de quantidade, de tempo e de espaço em jogos, brincadeiras e músicas junto com o professor e nos quais as crianças reconheçam essa utilização como necessária;
- II- Manipulação e exploração de objetos e brinquedos, em situações organizadas de formas a existirem quantidades individuais suficientes para que cada criança possa descobrir as características e propriedades

principais e suas possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvasar, encaixar etc.

NATUREZA E SOCIEDADE

Objetivo:

- I- Explorar o ambiente, para que possa se relacionar com pessoas, estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse.

Conteúdos:

- I- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos;
- II- Exploração de diferentes objetos, de suas propriedades e de relações simples de causa e efeito;
- III- Contato com pequenos animais e plantas;
- IV- Conhecimento do próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades físicas, motoras e perceptivas.

MOVIMENTO

Objetivos:

- I- Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- II- Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- III- Deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular, etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;
- IV- Explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.

Conteúdos:

- Expressividade

- I- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração, das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros;

- II- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral.

- Equilíbrio e Coordenação

- I- Exploração de diferentes posturas corporais, como se sentar em diferentes inclinações, deitar-se em diferentes posições, ficar ereto apoiando na planta dos pés com e sem ajuda etc.
- II- Ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço por meio da possibilidade constante de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar, etc;
- III- Aperfeiçoamento dos gestos relacionados com a preensão, o encaixe, o traçado no desenho, o lançamento etc., por meio da experimentação e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.

ARTES VISUAIS

Objetivos:

- I- Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística;
- II- Utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação.

Conteúdos:

- O fazer artístico

- I- Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pincéis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc., de meios, como tintas, água, areia, terra, argila etc., e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.;
- II- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas;
- III- Cuidado com o próprio corpo e dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes;
- IV- Cuidado com os materiais e com os trabalhos e objetos produzindo individualmente ou em grupo.

- Apreciação em Artes Visuais

- I- Observação e identificação de imagens diversas.

GRUPO 4 e GRUPO 5**LINGUAGEM ORAL E ESCRITA****Objetivos:**

- I- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- II- Familiarizar-se por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- III- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- IV- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- V- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- VI- Escolher os livros para ler e apreciar.

Conteúdos:**- Falar e escutar**

- I- Uso da linguagem oral para conversar, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, idéias, preferências e sentimentos e relatar suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;
- II- Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa;
- III- Participação em situações que envolvam a necessidade de explicar e argumentar suas idéias e pontos de vista;
- IV- Relato de experiências vividas e narração de fatos em seqüência temporal e causal;

- V- Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor;
- VI- Conhecimento e reprodução oral de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas e canções.

- Práticas de leitura

- I- Participação nas situações em que os adultos lêem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícias de jornal, informativos, parlendas, trava-língua etc;
- II- Participação em situações que as crianças leiam, ainda que não o façam de maneira convencional;
- III- Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário;
- IV- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos etc., previamente apresentados ao grupo;
- V- Valorização da leitura como fonte de prazer e entretenimento.

- Práticas de escrita

- I- Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita;
- II- Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário;
- III- Produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins;
- IV- Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna;
- V- Respeito pela produção própria e alheia.

MATEMÁTICA

Objetivos:

- I- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano;
- II- Comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades,

espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;

- III- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios;

Conteúdos:

- Número e sistema de numeração

- I- Utilização da contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade;
- II- Utilização de noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas;
- III- Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais;
- IV- Identificação de números nos diferentes contextos em que se encontram;
- V- Comparação de escritas numéricas, identificando algumas regularidades.

- Grandezas e medidas

- I- Exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas;
- II- Introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais;
- III- Marcação do tempo por meio de calendários;
- IV- Experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesse das crianças.

- Espaço e forma

- I- Explicitação e/ou representação da posição de pessoas e objetos, utilizando vocabulário pertinente nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessária essa ação;
- II- Exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras, como formas, tipos de contornos, bidimensionalidade, tridimensionalidade, faces planas, lados retos etc;
- III- Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;
- IV- Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência.

NATUREZA E SOCIEDADE

Objetivos:

- I- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando idéias;
- II- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico do seu grupo social e de outros grupos;
- III- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.

Conteúdos:

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar

- I- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outras;
- II- Conhecimento de modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado;
- III- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição;
- IV- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural.

- Os Lugares e as Paisagens

- I- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanhas, etc.);
- II- Utilização com ajuda dos adultos, de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo;
- III- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente.

- Objetos e processos de transformação

- I- Participação em atividades que envolvam processos de confecção de objetos;
- II- Reconhecimento de algumas características de objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais;

- III- Conhecimento de algumas propriedades dos objetos: refletir, ampliar ou inverter as imagens, produzir, transmitir ou ampliar sons, propriedades ferromagnéticas etc.;
- IV- Cuidados no uso dos objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes, e à sua conservação.

- Os Seres Vivos

- I- Estabelecimento de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais;
- II- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo;
- III- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial;
- IV- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente;
- V- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas;
- VI- Percepção dos cuidados com o corpo, à prevenção de acidentes e à saúde de forma geral;
- VII- Valorização de atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo.

- Os Fenômenos da Natureza

- I- Estabelecimento de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuvas, secas etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem;
- II- Participação em diferentes atividades envolvendo a observação e a pesquisa sobre a ação de luz, calor, som, força e movimento.

MOVIMENTO

Objetivos:

- I- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;

- II- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidades, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades do seu corpo;
- III- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;
- IV- Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- V- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos:

- Expressividade

- I- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras;
- II- Percepção de estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos;
- III- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança;
- IV- Percepção das sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.

- Equilíbrio e Coordenação

- I- Participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar, etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento;
- II- Utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa;
- III- Valorização de suas conquistas corporais;
- IV- Manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Artes Visuais

Objetivos:

- I- Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura;
- II- Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem, da construção. Desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.

Conteúdos:

- O fazer artístico

- I- Criação de desenhos, pinturas, colagens, modelagens a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das Artes Visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura, etc.;
- II- Exploração e utilização de alguns procedimentos necessários para desenhar, pintar, modelar etc;
- III- Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para o fazer artístico;
- IV- Exploração dos espaços bidimensionais e tridimensionais na realização de seus projetos artísticos;
- V- Organização e cuidado com os materiais no espaço físico da sala;
- VI- Respeito e cuidado com os objetos produzidos individualmente e em grupo;
- VII- Valorização de suas próprias produções, das de outras crianças e da produção de arte em geral.

- Apreciação em Artes Visuais

- I- Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, cinema etc;
- II- Apreciação das suas produções e das dos outros, por meio da observação e leitura de alguns dos elementos da linguagem plástica;

- III-** Observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor, volume, contrastes, luz, texturas;
- IV-** Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos;
- V-** Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

8.9. Regimento Escolar

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL “*Primeiros Passos*”
RUA: CLÁUDIO, 415, CEP: 05043-000, VILA ROMANA
SÃO PAULO – ESTADO DE SÃO PAULO

SUMÁRIO	PÁGINA
TÍTULO I: DISPOSIÇÕES PREMILINARES.....	73
TÍTULO II: DA ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	74
TÍTULO III: DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.....	85
TÍTULO IV: DO REGIMENTO ESCOLAR.....	88
TÍTULO V: DO CORPO DOCENTE.....	90
TÍTULO VI: DO CORPO DISCENTE.....	92
TÍTULO VII: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	93

REGIMENTO ESCOLAR
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E DA MANTENEDORA

Artigo 1. Com denominação da Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*”, funcionará à Rua Cláudio, 415, CEP: 05043-000, Vila Romana, capital do estado de São Paulo, uma escola particular dedicada ao Ensino de Educação Infantil.

Artigo 2. A escola é mantida pela entidade mantenedora com o nome Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*” Ltda., registrada em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo – SP, no livro X-00, à folha 00XX, sob o nº 000 em 00 de novembro de 2008.

CAPÍTULO II
DOS FINS E OBJETIVOS

Artigo 3. São objetivos gerais da Escola de Educação Infantil “*Primeiros Passos*” nos termos da legislação vigente proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e exercícios conscientes de cidadania, tendo em vista:

- I – A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- II – O respeito à dignidade e as liberdades fundamentais do homem;
- III – O fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- IV – O desenvolvimento integral da personalidade humana e suas participações na obra do bem comum;
- V – O preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- VI – A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de expansão do patrimônio cultural.

Artigo 4. São objetivos específicos dos cursos da escola:

Parágrafo Primeiro – O curso de Educação Infantil tem como objetivos estabelecer harmoniosamente os aspectos físicos, emocional, intelectual e social da criança.

CAPÍTULO III

DOS CURSOS, GRAUS E MODALIDADES OFERECIDAS

Artigo 5. A escola manterá os seguintes cursos:

I- Educação Infantil compreendendo Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5.

Artigo 6. A escola poderá proporcionar outros cursos que vierem a ser autorizados pelos órgãos competentes em decorrência de proposta fundamentada e feita pela própria direção da Escola ou por orientação de ordem superior.

CAPÍTULO IV

DO REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 7. A Escola funcionará em regime de dois turnos: matutino e vespertino.

Artigo 8. Sempre que o índice de evasão escolar numa mesma série tornar uma determinada classe deficitária, poderá o diretor da escola recorrer à utilização de entrosagem e/ou intercomplementaridade submetendo a aprovação dos órgãos competentes, os planos que assegurem a unidade pedagógica, bem como o controle e avaliação do rendimento escolar.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO

ARTIGO 9. A direção somente será exercida pelo educador qualificado designado, e cuja investidura satisfaça as exigências legais.

Parágrafo Único – O diretor será auxiliado por um ou mais assistentes de sua indicação destinando lhes cargos e atribuições, de conformidade com a legislação vigente, os quais igualmente deverão ser educadores qualificados e legalmente habilitados.

Artigo 10. São atribuições do diretor:

- I- Responder perante as autoridades educacionais;
- II- Cumprir e fazer cumprir as determinações e as leis de ensino vigentes e as disposições deste regimento;
- III- Presidir todos os atos escolares;
- IV- Receber documentos, petições, recursos e processos que lhe forem encaminhados, remetendo-os a quem de direito, devidamente informados e com parecer conclusivo quando o caso nos prazos legais;
- V- Assinar juntamente com o secretário, todos os documentos escolares;
- VI- Visar toda a correspondência, a escrituração, bem como lavrar termos de abertura e encerramento dos livros da escola, rubricando-os;
- VII- Zelar para que se cumpra, regularmente, o plano escolar, supervisionando o seu desenvolvimento;
- VIII- Organizar o horário das aulas, dos trabalhos administrativos e atribuir aulas aos professores;
- IX- Visar os diários de classe e os registros de atividade extra-classe;
- X- Autorizar matrículas e transferências de alunos;
- XI- Apurar ou mandar apurar irregularidades que venha a tomar conhecimento;
- XII- Suspender, parcial ou totalmente, as atividades da escola quando esta medida se impuser em decorrência de uma situação especial;
- XIII- Delegar atribuições a seus subordinados, assim com designar ou nomear comissões;
- XIV- Supervisionar e incentivar a participação dos alunos nas atividades esportivas, sociais e culturais e nas soluções de problemas da escola;
- XV- Presidir a organização e distribuição de classes;
- XVI- Tomar providências necessárias para manter a segurança no âmbito da Escola;

XVII- Adotar decisões de emergência em casos não previstos neste Regimento.

SEÇÃO II

DA SECRETARIA

Artigo 11. A secretaria, subordinada á Direção, e órgãos encarregados do serviço da escrituração escolar e do pessoal, arquivo, fichário e preparação de correspondência.

Artigo 12. O secretário do estabelecimento será pessoa qualificada e registrada nos órgãos competentes.

Artigo 13. São atribuições do secretário:

- I- Responder, perante o diretor, pelo expediente e pelos serviços gerais da secretaria;
- II- Organizar e superintender os serviços de escrituração escolar e os registros relacionados com a administração do pessoal;
- III- Assinar, juntamente com o Diretor, fichas escolares, sempre que necessários e outros papéis pertinentes aos alunos do estabelecimento;
- IV- Organizar a agenda de serviços, fiscalizar e superintender os trabalhos da secretaria coordenando e distribuindo, eqüitativamente entre seus auxiliares, os trabalhos de sua alçada;
- V- Supervisionar a organização e ter sob guarda os fichários, arquivos e livros do estabelecimento;
- VI- Redigir, subscrever e divulgar, por ordem do Diretor, instrutores e editais relativos a matrículas e inscrições de vagas;
- VII- Organizar o serviço de atendimento a professores, alunos e funcionários, bem como a terceiros, no que se refere a informes e esclarecimentos solicitados;
- VIII- Encaminhar ao Diretor, em tempo hábil, os documentos que devem ser visados ou assinados;
- IX- Dialogar com o Diretor, sobre os assuntos que digam respeito à melhoria ou andamento dos serviços;

- X- Diligenciar junto ao Diretor e Almojarife, afim de que sejam adquiridos, em tempo hábil, os livros e impressos necessários, requisitando-os mediante recibo, bem como a todo material de uso da secretaria;
- XI- Não permitir a entrada de pessoas estranhas ao serviço da secretaria;
- XII- Cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor;
- XIII- Tomar as providências necessárias para manter atualizados os serviços pertinentes à secretaria;
- XIV- Organizar os processos de matrícula, e encaminhá-los para despachos depois de satisfeitas todas as exigências regulamentais;
- XV- Supervisionar o processo de verificação de freqüência dos alunos matriculados em todos os cursos, mantendo sempre em ordem os respectivos assentamentos;
- XVI- Supervisionar os processos por meio das fichas individuais;
- XVII- Manter sem rasuras ou emendas, a escrituração de todos os livros e documentos escolares;
- XVIII- Providenciar, a vista dos resultados obtidos pelos alunos a expedição de diplomas ou certificados a que fizerem jus;
- XIX- Elaborar relatórios que devem ser enviados as autoridades de acordo com as normas expedidas;
- XX- Manter atualizado o arquivo de legislação e documentação pertinentes ao estabelecimento.

SUB-SEÇÃO I

DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Artigo 14. A documentação deverá ser organizada de modo a permitir a verificação:

- I- Da identificação de cada aluno e da regularidade de sua vida escolar;
- II- Da qualificação e da graduação profissional do pessoal docente, técnico e administrativo;
- III- Das relações individuais e coletivas de trabalho do pessoal em geral;
- IV- Do desenvolvimento do plano escolar.

Artigo 15. A documentação da escola constará de:

- I- Fichas individuais de alunos;
- II- Prontuários de alunos;

- III- Prontuários de pessoal docente, técnico e administrativo;
- IV- Pasta de correspondência expedida;
- V- Pasta de correspondência recebida;
- VI- Pasta de assuntos diversos;
- VII- Pasta de recortes do Diário Oficial;
- VIII- Pasta de programas de acordo com os planos de ensino adotados;
- IV- Pasta de cronogramas e calendários escolares;
- X- Pasta de relatórios de professores;
- XI- Livros de frequência pessoal;
- XII- Livros de registro de atividades extra-escolares;
- XIII- Livro de registro de termos de visita de autoridades e de Supervisores de Ensino;
- XIV- Livros de atas de reuniões de Conselho de Professores, Conselho de Classe, séries e reuniões pedagógicas;
- XV- Livros de inscrição e matrícula por ordem cronológica;
- XVI- Atas de processos de adaptação;
- XVII- Livros de registro de exame médicos para efeito de dispensa ou de indicação de exercícios de educação física;
- XVIII- Livro de protocolo;
- XIX- Livro de registro de expedição de certificado;
- XX- Livro de registro dos resultados finais de trabalhos escolares;
- XXI- Outros livros ou pastas que vierem a serem exigidos por lei, ou que se revelarem necessários à racionalização das atividades da secretaria escolar.

SUB - SEÇÃO II DO CONTADOR

Artigo 16. O contador abrangerá todo o movimento financeiro precedendo ao registro correspondente e realizando as demais operações que lhes são próprias.

Artigo 17. Compete a contabilidade:

- I- Superintender e fiscalizar os serviços de tesouraria;
- II- Ter sob sua guarda livros contábeis;
- III- Escriturar os livros contábeis;

- IV- Apresentar no fim do ano o balanço financeiro;
- V- Fiscalizar todos os pagamentos a que está sujeito a escola;
- VI- Escriturar as folhas de pagamento do pessoal, obedecendo aos dispositivos legais quanto ao reconhecimento das contribuições previdenciárias;
- VII- Efetuar todos os pagamentos pelo diretor arquivando os respectivos comprovantes;
- VIII- Receber toda a receita da escola.

SEÇÃO III

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Artigo 18. Os serviços da administração são os seguintes:

- I- Portaria;
- II- Departamento de material;
- III- Serviço de limpeza;
- IV- Serviço de auxiliar de aluno;
- V- Serviço de vigilância.

SUB – SEÇÃO I

DA PORTARIA

Artigo 19. As funções serão exercidas por um funcionário designado pelo Diretor, competindo-lhes:

- I- Orientar, supervisionar e distribuir todos os serviços referentes à Portaria, vigilância interna e externa, limpeza e conservação das dependências da escola;
- II- Ter, sob guarda, um chaveiro, organizado na portaria;
- III- Providenciar para que a escola abra e feche as portas no horário estabelecido;
- IV- Encaminhar à secretaria toda a correspondência recebida;
- V- Receber e encaminhar a quem de direito, as pessoas que tenham assuntos a tratar com a escola;
- VI- Requisitar ao departamento de material, receber, conferir e distribuir o material pertinente as suas funções;

VII- Manter, sob vigilância, a portaria da escola, fiscalizando a entrada e saída dos alunos, servidores e pessoas estranhas, assim como a saída de materiais, imóveis e utensílios, produtos, comunicando ao Diretor, qualquer irregularidade observada;

VIII- Verificar o funcionamento regular de serviços de água, luz, esgotos das dependências internas e externas, comunicando ao Diretor qualquer irregularidade.

SUB – SEÇÃO II DOS SERVIÇOS DA LIMPEZA

Artigo 20. Ao servente compete:

I- Executar os serviços de limpeza e arrumação das dependências que lhe forem atribuídas;

II- Zelar pela conservação do prédio, de suas dependências internas e externas e do mobiliário em geral;

III- Verificar a segurança dos portões, portas e janelas, dando conhecimento ao seu superior, de qualquer irregularidade;

IV- Transportar móveis, máquinas, e volumes dentro das dependências da escola sempre que se fizer necessário;

V- Auxiliar na execução de reparos e reformas de pequena montagem no prédio, nas salas de aulas, instalações elétricas ou hidráulicas, nos equipamentos didáticos, segundo sua habilitação pessoal;

VI- Verificar para efeito de segurança, o uso indevido de iluminação, água, gás, bem como do equipamento;

VII- Executar os demais serviços relacionados com a função, a critério do Diretor.

SUB – SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL

Artigo 21. O departamento de material contará com o pessoal próprio, sendo as funções de almoxarife desempenhadas por funcionários qualificados, subordinado ao Diretor, competindo-lhes:

I- Receber, conferir, armazenar e distribuir material permanente e de consumo;

II- Controlar e registrar as entradas e saídas de material;

III- Manter registro atualizado do patrimônio da escola;

- IV- Manter atualizado a posição do estoque, do material solicitado à Direção, autorização para as aquisições necessárias, segundo as normas de compra;
- V- Inventariar, anualmente, os bens patrimoniais e o estoque de material do consumo;
- VI- Diligenciar para que todos os setores, aos quais devem abastecer, enviem, em época oportuna, as previsões necessárias;
- VII- Apresentar ao Diretor, mensalmente, a documentação de movimento do Departamento de material.

Artigo 22. O departamento de material funcionará de maneira a atender aos serviços internos e aos fornecedores nos horários e turnos de funcionamento da escola.

SUB – SEÇÃO IV DOS SERVIÇOS DE AUXILIAR DE ALUNOS

Artigo 23. A inspeção de alunos no recinto escolar será efetuada por auxiliares de alunos ou por funcionários especialmente designado pelo Diretor, competindo-lhes:

- I- Acompanhar os alunos à entrada e a saída das classes e outras dependências da escola e nas imediações, os aconselhando e os orientando;
- II- Manter em ordem os alunos nas salas de aula e outros locais, na ausência dos professores;
- III- Comunicar ao Diretor caso de conduta irregular de alunos;
- IV- Assistir aos alunos que na escola adoecerem ou sofrerem acidentes, encaminhando-os ao destino conveniente;
- V- Atender aos professores em sala de aula ou outros locais, na solicitação de material escolar, de casos disciplinares ou de assistência a alunos;
- VI- Colaborar na organização de solenidades ou festas escolares, acompanhando os alunos para mantê-los em boa conduta;
- VII- Executar os demais serviços relacionados com suas funções a critério da Direção.

SUB – SEÇÃO V DO SERVIÇO DE SEGURANÇA

Artigo 24. O serviço de segurança compete ao servidor designado para essa função.

Artigo 25. São atribuições do responsável pelo serviço de segurança:

- I- Rondar o prédio e outros locais que lhe forem destinados, zelando para evitar furtos, incêndio, entrada de estranhos ou outros eventos que possam conduzir a perda ou danificação do patrimônio escolar;
- II- Investigar e comunicar a Diretoria quaisquer ocorrências anormais que tenha observado;
- III- Executar outras tarefas, decorrentes das contidas nos incisos I e II.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E SERVIÇOS AUXILIARES

Artigo 26. Os órgãos técnicos e serviços auxiliares da escola são as seguintes:

- I- Serviço de orientação pedagógica;
- II- Serviço de orientação educacional;
- III- Biblioteca.

SEÇÃO I DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Artigo 27. O serviço de orientação pedagógica está sob a responsabilidade de um coordenador legalmente habilitado e qualificado trabalhando em equipe com os professores e com o Diretor.

Artigo 28. O serviço de orientação pedagógica tem por objetivo a unidade do plano pedagógico e a eficácia de sua execução, proporcionando condições para a participação efetiva de todo o corpo docente, unificando-o em torno dos objetivos gerais da escola.

Artigo 29. Na falta de um coordenador pedagógico, cabe ao Diretor da escola exercer essa função, que tem as seguintes atribuições:

- I- Planejar e coordenar o funcionamento do serviço de coordenação pedagógica;
- II- Colaborar na elaboração do plano escolar, acompanhando sua execução e integração do corpo docente em relação a objetivos, conteúdos programáticos, estratégias e critérios de avaliação e recuperação;
- III- Coordenar o planejamento da execução de reuniões promovidas pelo serviço de coordenação pedagógica, bem como outros, de caráter pedagógico, determinados pela Direção;
- IV- Acompanhar o rendimento escolar dos alunos, pesquisando as causas do aproveitamento insuficiente, estudando as medidas de ordem pedagógica que devam ser adotadas;
- V- Analisar, sistematicamente, com os professores, a validade dos objetivos fixados, a adequação dos conteúdos programáticos, das estratégias de ensino e das técnicas e instrumentos de avaliação e recuperação;
- VI- Analisar a adequação curricular em conjunto com o corpo docente;
- VII- Colaborar na coordenação do planejamento, execução e avaliação do curso de reciclagem promovida pela Escola visando o aperfeiçoamento contínuo de seus recursos humanos;
- VIII- Emitir sobre matéria concernente à Coordenação Pedagógica, assessorando o Diretor na avaliação do trabalho desenvolvido por todos os participantes do processo educativo;
- IX- Participar do processo de integração Escola-Família-Comunidade;
- X- Realizar estudos e pesquisas na área de coordenação pedagógica;
- XI- Organizar e manter atualizado o acervo de documentos relativos às atividades de coordenação.

SEÇÃO II

DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Artigo 30. O serviço de orientação educacional tem como responsável um psicólogo legalmente habilitado e qualificado trabalhando em equipe com os professores e com o Diretor.

Artigo 31. O serviço de orientação educacional destina-se a assistir o educando, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento integral e harmônico de sua personalidade.

Parágrafo Único – Essa assistência será desenvolvida em colaboração com os professores, a família e a comunidade, por meio da ordenação e integração dos elementos que exercem influência na formação da personalidade, proporcionando condições para que o aluno se ajuste à vida escolar, conscientizando-se de suas próprias potencialidades e limitações quanto à escola de seu plano de estudos.

Artigo 32. Na falta de orientador educacional cabe ao Diretor da escola exercer essa função que tem as seguintes atribuições:

- I- Planejar e coordenar o funcionamento do Serviço de Orientação educacional em nível da escola e de comunidade;
- II- Coordenar a orientação educacional do educando incorporando-a ao processo educativo global;
- III- Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;
- IV- Coordenar o processo de informação educacional.
- V- Sistematizar o processo de informação necessária ao conhecimento global do educando;
- VI- Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos encaminhando a outros especialistas, aqueles que exigem assistência especial;
- VII- Coordenar o acompanhamento pós-escolar;
- VIII- Coordenar as reuniões sobre os assuntos pertinentes à Orientação Educacional;
- IX- Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional;
- X- Participar do processo de identificação das características básicas da comunidade;
- XI- Participar do processo de caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- XII- Participar do processo de avaliação de alunos;
- XIII- Participar do processo de integração Escola-Família-Comunidade;
- XIV- Realizar estudos e pesquisas na área de Orientação Educacional;

XV- Organizar e manter atualizado de documentos relativos às atividades de orientação educacional.

SEÇÃO III

DA BIBLIOTECA

Artigo 33. O serviço da biblioteca é de responsabilidade de um funcionário especializado a quem incumbe a organização, controle, atualização e conservação dos livros e publicações de interesse escolar.

Parágrafo Primeiro - Na falta do bibliotecário, a Direção poderá designar para exercer as funções, um funcionário legalmente habilitado.

Parágrafo Segundo – A biblioteca rege-se por regulamento aprovado pela Direção.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO I

DOS CURRÍCULOS PLENOS

Artigo 34. A organização do currículo pleno obedecerá às determinações na legislação em vigor.

SEÇÃO I

DO ENSINO INFANTIL

Artigo 35. O curso de Educação Infantil tem currículo e carga horária própria, em atendimento às suas características.

Parágrafo Primeiro – O ensino de Educação Infantil compreende cinco níveis: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5 sendo de duração de um ano cada um. Tendo como conteúdo específico: Matemática, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Artes Visuais, Música e Movimento que são trabalhados por meio de uma abordagem do conhecimento por projetos de trabalho.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo 36. A avaliação do Ensino de Educação Infantil será constante e terá por objetivo:

- I- Conhecer a criança de determinada faixa etária no seu respectivo padrão de desenvolvimento para melhor compreensão de suas necessidades;
- II- Caracterizar o aluno quanto ao desenvolvimento pessoal e social, frente à programação desenvolvida;
- III- Informar aos pais ou responsáveis a respeito dos progressos e dificuldades apresentados, bem como orientá-los quanto ao atendimento específicos oportunos.

Artigo 37. A periodicidade da avaliação verificar-se-á bimestralmente e, quanto à forma, poderão ser utilizados instrumentos, elaborados pelos professores, sob orientação da Direção.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS DE AGRUPAMENTOS DE ALUNOS

Artigo 38. As classes serão organizadas de acordo com os grupos, adotando-se como critério o agrupamento heterogêneo, com alunos de ambos os sexos de acordo com a idade.

Artigo 39. As classes conterão, número de alunos, de forma a obedecer à legislação em vigor.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Artigo 40. Participarão das reuniões pedagógicas todos os professores, e especialistas de ensino do estabelecimento, uma vez por semana fora do período de aula (durante 2 horas).

Parágrafo Único – As reuniões serão preparadas pelo Coordenador Pedagógico, que fará o encaminhamento dos pronunciamentos registrando-se em ata todas as ocorrências verificadas nas reuniões.

CAPÍTULO V

DO PLANO ESCOLAR

Artigo 41. O plano escolar deverá programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado pelo pessoal técnico, administrativo e docente da escola, ao início do ano.

Parágrafo Único – A coordenação do plano escolar é da competência do Diretor da escola, assessorado pelo Coordenador Pedagógico.

Artigo 42. O plano escolar anual deverá estar atrelado ao Projeto Pedagógico da escola e conter:

- I- O diagnóstico da realidade da escola, com o fim de descrever, avaliar e explicar a sua situação quanto à característica de comunidade e da clientela escolar, recursos materiais, humanos e institucionais disponíveis;
- II- Objetivos e metas da instituição escolar;
- III- Definição da organização geral da escola quanto a:
 - 1- Agrupamento de alunos;
 - 2- Quadros distributivos das matérias por série;
 - 3- Carga horária;
 - 4- Normas para avaliação, recuperação e promoção;
 - 5- Calendário Escolar;
 - 6- Horário de funcionamento dos cursos e classes;
 - 7- Número de alunos;
- IV- Programação referente às atividades curriculares.

TÍTULO IV
DO REGIMENTO ESCOLAR
CAPÍTULO I
DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Artigo 43. O ano e o semestre compreendem o período destinado às atividades escolares, assim como das férias.

Artigo 44. A duração do período escolar obedecerá a seguinte norma básica:

- 1- O ano e o semestre letivos independentemente do ano civil terão a duração exigida por lei.

Artigo 45. Do calendário escolar contam os seguintes itens:

- I- Números de dias letivos;
- II- Período de aulas, férias e recesso;
- III- Período de planejamento escolar;
- IV- Dias fixados para comemorações cívicas e supervisão de atividades;
- V- Dias fixados para reuniões destinados para assuntos administrativos ou pedagógicos.

Artigo 46. O período de férias, para os professores, será estabelecido pela legislação em vigor.

Artigo 47. Serão considerados períodos de férias para os alunos aqueles compreendidos após o cumprimento de cada semestre letivo.

CAPÍTULO II
DA MATRÍCULA

Artigo 48. Anualmente, a data de abertura de inscrição para os cursos será divulgada por meio de editais fixados na portaria da escola.

Artigo 49. São condições mínimas para matrícula:

- 1- Para o Ensino Infantil, ter as idades mínimas para cada etapa: G1- um ano, G2- dois anos, G3- três anos, G4- quatro anos e G5- cinco anos.

Artigo 50. A matrícula no curso de Educação Infantil será efetuada dentro da escola organizada pelo Diretor, de acordo com o calendário elaborado pelo estabelecimento ou pelo órgão competente.

Artigo 51. A matrícula do ensino infantil será feita mediante requerimento do seu representante legal com a seguinte documentação:

- 1- Certidão de nascimento;
- 2- Carteira de vacinação em dia.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA

Artigo 52. O pedido de transferência será deferido independente de época e a documentação correspondente será expedida no prazo máximo de trinta dias desde que esteja quite com a tesouraria até trinta dias após sua ausência ou pedido de transferência.

Parágrafo Único – No ato do pedido, o aluno receberá documento emitido pelo Diretor, contendo, no mínimo:

- 1- A data que deu entrada no pedido de transferência;
- 2- A data que será entregue a documentação;
- 3- A série que em o aluno tem direito à matrícula.

Artigo 53. No prazo indicado no documento referido no artigo anterior a escola expedirá o histórico escolar do aluno referente ao grau, em impresso próprio contendo no mínimo as seguintes informações:

- a. Identificação do aluno;
- b. Identificação do curso;
- c. Denominação e endereço da escola, bem como indicação do órgão de ensino a que está subordinado;

- d. Indicação do ato legal que autorizou o funcionamento da escola e curso;
- e. Componentes curriculares estudados em cada séries, especificados, para cada um o aproveitamento e a respectiva carga horária;
- f. Indicação de promoção na série, especificação dos componentes curriculares;
- g. Nome e assinatura do Diretor e Secretário e respectivos registros no MEC, ou número de autorização para o exercício da função.

TÍTULO V
DO CORPO DOCENTE
CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 54. O corpo docente da escola se constitui de todos os professores, devidamente registrados ou autorizados, de acordo com as leis de ensino vigentes e contratados pela C.L.T. em exercício na escola.

Artigo 55. São direitos do professor, além dos previstos na legislação vigente:

- I- Utilizar-se dos recursos disponíveis na escola para atingir os objetivos educacionais e instrucionais;
- II- Valer-se de técnicas e métodos pedagógicos próprios para obter melhor rendimento de seus alunos;
- III- Participação em reuniões promovidas pela escola manifestando o seu voto nas questões deliberativas.

Artigo 56. São deveres do professor, além dos previstos na legislação vigente:

- I- Comparecer pontualmente as aulas e as reuniões para as quais tenha sido convocado, independentemente de seu horário de aulas;
- II- Manter atualizados os conhecimentos relativos a sua especialidade docente e comparecer a seminários de estudos, encontros e cursos e outras reuniões do gênero, realizados por outras entidades e pela escola que para colaborar, procurará proporcioná-los durante as férias escolares, para o aprimoramento e melhor aproveitamento de seus recursos humanos;

- III- Utilizar-se da metodologia de ensino capaz de contribuir para que se alcance os objetivos;
- IV- Proceder de forma que seu comportamento sirva de exemplo à conduta dos alunos;
- V- Agir com descrição na orientação do aluno, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e as condições próprias de sua idade e formação;
- VI- Proceder à avaliação do rendimento dos alunos em termos dos objetivos propostos, como processo contínuo de acompanhamento de aprendizagem, levando em consideração todos os aspectos de comportamento, utilizando os resultados para orientar a reformulação do plano curricular;
- VII- Documentar os resultados obtidos por meio de observações, dados de auto-avaliação, da avaliação cooperativa de forma que possam ser levados ao conhecimento do aluno, pais, professores e especialistas da escolas;
- VIII- Entregar na secretaria bimestralmente, os relatórios dos alunos;
- IX- Escrever o diário de classe, observando rigorosamente as normas pertinentes;
- X- Manter a disciplina em classe e colaborar para a ordem disciplinar geral da escola;
- XI- Propor por escrito ao Diretor, a aquisição de livros para a biblioteca e de tudo mais que seja necessário para a eficiência do aluno;
- XII- Manter com os colegas e demais servidores da escola o espírito de colaboração indispensável à eficiência do processo educativo;
- XIII- Colaborar com o serviço de Orientação Educacional nos assuntos referentes ao desenvolvimento de planos e metodologia de ensino;
- XIV- Colaborar com o Serviço de Coordenação Pedagógica nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento escolar dos alunos;
- XV- Comunicar a Diretoria todas as irregularidades que ocorram na escola, quando delas tiver conhecimento.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

Artigo 57. É vedado ao professor:

- I- Ferir a susceptibilidade do aluno no que diz respeito as suas convicções, religiosas e políticas, condições sociais e econômicas, e sua nacionalidade, cor, raça e capacidade intelectual;
- II- Fazer proselitismo religioso ou político, participar sob pretexto algum, bem como doutrinas contrariando aos interesses nacionais, insuflando nos alunos, clara ou disfarçadamente, atitudes de indisciplina ou agitações;
- III- Falar, escrever ou publicar artigos em nome da Escola, em qualquer oportunidade, sem que para isso esteja autorizado;
- IV- Dispensar os alunos antes de findar a aula ou suspender aulas;
- V- Retirar-se da classe ou de seu local de trabalho sem motivo justificado, antes de findar a aula;
- VI- Aplicar penalidades aos alunos;
- VII- Adotar metodologia de ensino e avaliação superados, incompatíveis com a orientação pedagógica;
- VIII- Ofender com palavras, gestos ou atitudes, diretoras, professoras, funcionários, pais e alunos;
- IX- Exercer atividades comerciais no recinto da escola;
- X- Reter em seu poder, Diário de Classe, os quais deverão permanecer na Secretaria da Escola, a disposição da Supervisão Pedagógica, da Direção e da própria Secretaria.

TÍTULO VI

DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Artigo 58. É direito do aluno:

- I- Ser respeitado por todo o pessoal da escola e pelos colegas;
- II- Ser considerado e valorizado em sua individualidade sem comparação nem preferência;

- III- Ser respeitado em suas idéias religiosas;
- IV- Ser orientado em suas finalidades;
- V- Ser ouvido em suas queixas ou reclamações.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 59. Os documentos do processo de verificação do rendimento escolar poderão ser incinerados nos seguintes casos:

- I- Diário de classe, após cinco anos de encerramento de período letivo.

Parágrafo Único – A direção da escola somente poderá proceder à incineração no inciso I, após comunicação às autoridades competentes, lavrado o ato de incineração, ata circunstanciada, na qual deverá inclusive ser registrada na presença ou ausência do Supervisor de Ensino.

Artigo 60. As tabelas das unidades escolares e taxas de serviços para os diversos cursos da escola serão afixadas pelo Diretor, na forma de Lei.

Artigo 61. As anuidades serão pagas conforme a legislação em vigor.

Artigo 62. De acordo com a legislação em vigor deverá ser imposta multa sobre o valor da mensalidade a ser paga na hipótese em que não seja atendida na data fixada para esse pagamento.

Artigo 63. Incorpora-se a este Regimento Escolar as determinações supervenientes oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

Artigo 64. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Escola ouvidos as autoridades competentes.

Artigo 65. Este Regimento Escolar entrará em vigor na data de publicação de sua aprovação pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação.

DIRETORA RESPONSÁVEL

SÓCIA

9. Conclusão

Acreditamos que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que passou a reconhecer a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, as escolas particulares de Educação Infantil foram se espalhando ainda mais pela cidade.

O número de escolas particulares é muito grande, como pudemos observar por meio da nossa pesquisa de campo e a sites que listam as escolas da cidade. Porém, grande parte dessas escolas, para nós, não apresenta estrutura, principalmente física, para atender as necessidades de crianças pequenas. A maioria delas está instalada em casas adaptadas ou em pequenos espaços; o que dificulta a realização de atividades diversas, além de colocar o aluno em risco.

Quando desenvolvemos o projeto da Escola “*Primeiros Passos*”, nosso principal objetivo era que tivéssemos o espaço apropriado para acolher nossos alunos. Espaços para brincarem, correrem, se desenvolverem da melhor maneira possível. Por isso, a Escola é térrea, não há escadas em lugar algum; as salas de aula são espaçosas e todos os móveis são adaptados às faixas etárias das crianças; a área externa também é espaçosa com amplo pátio, playground, horta, tanque de areia e quadra esportiva.

Além disso, pudemos confirmar a nossa hipótese de que na Educação Infantil o cuidar e o educar são indissociáveis. Não é porque as crianças são pequenas que a função da escola é apenas a de cuidar, assim como não é porque se está na escola que se consegue apenas as educar. Isso precisa estar claro para aqueles que se dedicam a trabalhar com crianças. E dentro da própria Escola não se pode ter a divisão de tarefas entre quem cuida e quem educa a criança, porque não há como separar as funções. Quem cuida, educa. Quem educa, cuida.

A importância do brincar nunca pode ser deixada de lado nas escolas de Educação Infantil. Para a faixa etária que frequenta essas escolas, o brincar se apresenta como a forma mais prazerosa e lúdica para apropriação de conhecimentos, socialização com o outro, descoberta do novo e de si mesmo.

A atuação do gestor deve ser democrática, demonstrando o respeito que ele tem com aqueles que trabalham com ele, professores e funcionários, e com aqueles que confiam a educação e o cuidado de seus filhos a ele, os pais.

10. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paula; MARTINS, Maria Anita Viviani (orgs.). *Fazendo Educação Continuada*. São Paulo: Avercamp, 2005.

ANGOTTI, Maristela (org.). *Educação infantil: Para quê, para quem e por quê?* Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB's.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – Introdução e Livro 3.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Trad. Lourenço Filho. 4ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1955.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. *De Emílio a Emilia – A trajetória da alfabetização*. São Paulo: Scipione, 2000.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (orgs.). *Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios – polêmicas do nosso tempo*. 5ª ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

GLATTER, Ron. *A gestão como meio de inovação e mudança nas escolas*. In: Nóvoa, Antônio (org). *As organizações escolares em análise*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho*. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

KRAMER, Sonia. *Profissionais de educação infantil – gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

KUHLMANN Jr, Moysés. “*História da Educação Infantil Brasileira*”, Revista Brasileira de Educação – 500 anos de Educação Escolar – Mai/Jun/Jul/Ago 2000 – Número especial.

LAGÔA, Vera. *Estudo do Sistema Montessoriano*. São Paulo: Loyola, 1981.

LUCK, Heloísa. *Gestão Educacional – Estratégia para a ação global e coletiva no ensino*.

OLIVEIRA, Vera Barros de. *O brincar e a criança - Do nascimento aos seis anos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). *A criança e seu desenvolvimento – perspectivas para se discutir a educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Educação Infantil: Muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Educação Infantil: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. *Seis Estudos de Psicologia*. Trad. Maria Alívia Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1990.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 15ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

WADSWORTH, Barry J. “*Inteligência e Afetividade da criança na teoria de Piaget – Fundamentos do Construtivismo*”. Trad. Esmeria Rovai. 5ª ed., São Paulo, Thomson Learning, 1997.

11. Apêndice

A. Roteiro para Entrevista

1. Qual a proposta pedagógica da escola e qual a metodologia utilizada?
2. Quais são os níveis de ensino que a escola abrange?
3. Quais os horários de funcionamento da escola?
4. Como são divididos os grupos e quais são os critérios para organizá-los?
5. Quantos alunos têm em cada sala e quantos e quais são os profissionais que os acompanham?
6. Quais são as atividades extra-curriculares oferecidas aos alunos? Existem profissionais específicos dessas áreas?
7. Quais são os recursos áudio-visuais que a escola possui?
8. A escola tem biblioteca e/ou brinquedoteca?
9. A escola tem sala de informática?
10. E quadra esportiva? Área de lazer? Pátios? Playground?
11. A equipe da escola é formada por quais profissionais?
12. Qual o valor da mensalidade?
13. Como as decisões são tomadas na escola? Todos (pais, professores, funcionários, direção) participam?
14. Há reuniões entre professores? Com que frequência?
15. Há reuniões com professores, coordenadores e diretores? Com que frequência?
16. As reuniões de pais acontecem sempre que necessário ou geralmente seguem uma programação pré-estabelecida?
17. Os pais têm livre acesso à escola para dar sugestões ou fazer críticas?

C. PERT